

**FILANTROPIA E INCLUSÃO EDUCACIONAL NO ENSINO  
SUPERIOR. ESTUDO DE CASO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO  
FRANCISCANO – SANTA MARIA-RS**

---

por

**Cáli Rosi Souza dos Anjos**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNISINOS como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em **Ciências Sociais**.

**Orientador: Prof. Dr. José Rogério Lopes**

**São Leopoldo**

**2007**

A611f Anjos, Cáli Rosi Souza dos

Filantropia e inclusão educacional no ensino superior:  
estudo de caso do Centro Universitário Franciscano – Santa  
Maria-RS / Cáli Rosi Souza dos Anjos. – Santa Maria, 2007.

95 p.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2007.

1. Filantropia. 2. Ensino superior - Inclusão educacional.

I. Título.

CDU 177.72:378

Ficha catalográfica elaborada por Priscila Almeida Cruz CRB – 10/ 1554

Biblioteca do Centro Universitário Franciscano

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

A comissão examinadora, abaixo-assinada,  
aprova a Dissertação

FILANTROPIA E INCLUSÃO EDUCACIONAL NO ENSINO SUPERIOR. ESTUDO  
DE CASO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO – SANTA MARIA-RS

elaborada por

**Cáli Rosi Souza dos Anjos**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Ciências Sociais**

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Rogério Lopes - UNISINOS

---

Prof. Dr. José Ivo Follmann - UNISINOS

---

Prof. Dr. Hector Omar Ardans Bonifácio - UFSM

São Leopoldo, setembro de 2007.

*Dedico este estudo:  
Aos meus avós João (in memoriam) e  
Maria Luiza (in memoriam).*

## AGRADECIMENTOS

*Foram muitos aqueles que me auxiliaram nesta jornada. Meus sinceros agradecimentos...*

*... aos meus amigos Gecira e Dirceu que muito me ajudaram nessa caminhada;*

*... ao Centro Universitário Franciscano pela oportunidade de estudo, trabalho e pesquisa;*

*... aos gestores e alunos da instituição que contribuíram para a realização da pesquisa.*

*... aos professores da UNISINOS, em especial ao Prof. Dr. José Rogério Lopes, pela compreensão, paciência e competência;*

*... e a todos que, de uma forma ou outra, contribuíram para a realização deste trabalho.*

## **RESUMO**

Dissertação de Mestrado  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

### **FILANTROPIA E INCLUSÃO EDUCACIONAL NO ENSINO SUPERIOR. ESTUDO DE CASO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO – SANTA MARIA-RS**

Autora: Cáli Rosi Souza dos Anjos  
Orientador: Prof. Dr. José Rogério Lopes  
São Leopoldo, setembro de 2007

Esta dissertação tem por objetivo o estudo da filantropia e sua mediação junto ao Estado e à Sociedade Civil, no que tange à inclusão educacional no ensino superior. Na atual conjuntura, a filantropia ampara-se em uma legislação, a qual, rompendo o caráter caridoso e de ajuda, dá ao tema a noção de direito a quem dele necessitar e desvincula-o da idéia de “merecimento”. Para realizar o estudo, utilizou-se a abordagem do Estudo de Caso (com alunos filantrópicos) em que se aplicou um questionário/entrevista com alunos e gestores do Centro Universitário Franciscano. A intenção foi visualizar a compreensão e o entendimento que eles têm sobre essa forma de inclusão educacional, discutindo-se também a importância da oportunidade de melhores condições de vida socioeconômicas para os alunos que são atendidos nessa modalidade de inclusão educacional. Os resultados apontam que é necessária uma reflexão sobre o papel da filantropia como representação no atendimento a direitos do cidadão no contexto brasileiro atual.

Palavras Chaves: Filantropia – inclusão educacional – representação – Direitos.

## **ABSTRACT**

Dissertação de Mestrado  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

### **PHILANTHROPY AND EDUCATIONAL INCLUSION IN COLLEGE TEACHING. STUDY CASE OF THE FRANCISCAN UNIVERSITY CENTER – SANTA MARIA- RS**

Author: Cáli Rosi Souza dos Anjos  
Adisor: Prof. Dr. José Rogério Lopes

This dissertation has as objective the study of the philanthropy and its mediation with the State and the Civil Society, concerning the educational inclusion in college teaching. In the current conjuncture, the philanthropy depends on an legislation, which, breaking the benevolent and helpful character, gives to the theme the notion of rights to the ones in need of it, and deviate it from the idea of the “merit”. To accomplish the study, it was used a Study Case approach (with philanthropic students) in which was applied a questionnaire/interview with students and managers from the Franciscan University Center. The intention was to visualize the comprehension and the understanding they have about this form of educational inclusion, also discussing the importance of better socio-economical condition of life to the students that attend this kind of educational inclusion. The results show that the entrance and the permanence in college teaching of many students, which can not enter in public universities, only occur because of the philanthropic private universities. Based on it, it is possible to observe that it is necessary a reflection about the role of the philanthropy as a service to the citizen’s rights in the current Brazilian context.

Key words: Philanthropy, educational inclusion, representations, rights.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Alunos com Assistência Educacional Parcial.....	56
Quadro 2 – Alunos com Assistência Educacional Total .....	57
Quadro 3 – Evolução Assistência Educacional do Centro Universitário Franciscano – UNIFRA .....	58
Quadro 4 – Número de alunos beneficiados e entrevistados.....	65

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Gráfico Geral da Assistência Educacional.....	59
Figura 2 – Situação socioeconômica familiar .....	68
Figura 3 – Comprometimento da Instituição.....	69
Figura 4 – Participação governamental .....	70

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 1 – FILANTROPIA E QUESTÃO SOCIAL: REGISTROS DE UM DEBATE CONTEMPORÂNEO.....</b>	<b>13</b>
<b>1.1 VULNERABILIDADES, AJUDA E SOLIDARIEDADE.....</b>	<b>16</b>
<b>1.2 FILANTROPIA E INCLUSÃO EDUCACIONAL: DIREITO, AJUDA OU SOLIDARIEDADE?.....</b>	<b>18</b>
<b>1.3 GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DA FILANTROPIA.....</b>	<b>29</b>
<b>CAPÍTULO 2 – POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL.....</b>	<b>42</b>
<b>CAPÍTULO 3 – PESQUISA E RESULTADOS</b>	
<b>3.1 O CONTEXTO DA PESQUISA.....</b>	<b>52</b>
<b>3. 2 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA.....</b>	<b>61</b>
<b>3. 3 ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>66</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>84</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>88</b>

## INTRODUÇÃO

O Brasil, no que diz respeito a formas de inclusão, pela via da educação, oferece possibilidades no ensino superior, mas, diante da insuficiência de vagas em instituições públicas e das opções de financiamento no ensino privado, descortina-se a perspectiva da filantropia – objeto do nosso estudo.

A filantropia que, no dizer de Ferreira, significa “amor à humanidade” é antiga, pois remonta aos próprios gregos que a definiram. Ao mesmo tempo, é também um fenômeno recente devido aos novos contornos que a ela foram dados pela legislação brasileira. Neste sentido, é pertinente o aspecto evolutivo que as Constituições brasileiras têm dado ao assunto.

Desde a Constituição de 1934, já se reconhecem os auxílios que podem ser estimulados; a Constituição de 1946, pela primeira vez, aborda, de forma clara, a “isenção” e vincula à mesma a prestação de serviços pelas entidades. Já a Constituição de 1988, com a regulamentação dos aspectos mencionados, em legislação complementar, acrescenta um aspecto fundamental: filantropia/benefício educacional para quem realmente precisa.

Com a intensificação nos debates acerca das políticas públicas de educação do Brasil, com vistas à inserção social, a filantropia, mesmo não sendo uma política pública, tem sido uma forma de viabilizar que pessoas consigam tal inserção. Contudo tem se reforçado a idéia, com base constitucional, de que todos os projetos na sua gênese devem ter a perspectiva da liberdade e da igualdade a partir das necessidades comuns e universais dos indivíduos tendo em vista a cidadania.

Nesse contexto, aumenta a necessidade de se coletarem dados no sentido de mensurar a capacidade de transformação dos beneficiados pela filantropia e, com isso, pesquisas envolvendo a questão tornam-se pertinentes.

Para mim, aluna filantrópica na graduação, no Mestrado e na condição de profissional atuante como avaliadora dos requisitos para a inserção do aluno quanto ao benefício de assistência educacional, este trabalho pode representar uma maneira mais efetiva de atuar no meu universo profissional.

Para compreender melhor como se processa a filantropia no Centro Universitário Franciscano de Santa Maria/RS e poder mensurar o quanto essa modalidade de bolsas pode ser eficaz em vista da graduação e em vista da inserção no mercado de trabalho, foi realizada uma pesquisa envolvendo gestores, comissão de análise de fichas socioeconômicas e alunos beneficiados pela mesma. A pesquisa, autorizada pela instituição nas pessoas da Reitora e Pró-reitora de Administração, teve fluência a partir da disponibilização dos instrumentos necessários para seu desenvolvimento. O apoio e incentivo institucional foi fundamental para que a pesquisa, através das entrevistas, alcançasse o objetivo proposto.

A metodologia envolveu entrevistas com perguntas semi-estruturadas dirigidas diretamente, tanto a gestores como aos alunos filantropos.

Em sua apresentação, o trabalho se divide em três capítulos. O primeiro, a partir da bibliografia disponível, procura fazer uma reflexão sobre a historicidade da filantropia. Levando em conta que o tema é polêmico, buscou-se estabelecer um diálogo entre os autores pesquisados.

Partindo-se da polêmica instaurada, o capítulo desenvolve-se com o seguinte questionamento: A filantropia é um direito dos socialmente vulneráveis, é uma ajuda ou é uma ação de solidariedade? A partir deste trinômio, abre-se o debate fundamental sobre as questões do Estado, da sociedade civil, da pobreza, da família e sobre qual solidariedade realmente transforma e não acomoda.

Dentro dessa perspectiva, afirma Mead que esta movimentação comunitária deve tomar o “sentido da justiça também”. Nesta concepção, a filantropia e suas derivações deixa de ser discurso religioso/moral e toma esta nova formatação de construção da justiça no seu sentido mais pleno. Portanto, nesta parte do trabalho, a tentativa é mostrar o quadro evolutivo da filantropia, isto é, que, no princípio era benemerência ou caridade e nos dias atuais a mesma se encontra revestida de legalidade tendo presente que os recursos envolvidos (isenções) são públicos, mas administrados por entidades particulares.

No segundo capítulo a tentativa é verificar como se processa este novo dimensionamento da filantropia no Centro Universitário Franciscano, (instituição pesquisada). A referida instituição pauta sua atuação em princípios que compreendem a educação como um instrumento de possibilidade de transformação social. A “proposta franciscana” tem como objetivo iluminar e transpassar todo o

trabalho desenvolvido. Conforme Rupolo (2006, p. 40), a instituição tem como pressuposto filosófico a “opção pela vida” e a “experiência comunitária” e esta política afirmativa explica por que o Centro Universitário Franciscano “ocupa-se do ser humano, embora se sirva das coisas e das idéias como meio de obter maior clareza sobre o ser humano e o sentido de sua existência”.

Em vista de atingir esta meta proposta, a filantropia se contrapõe ante as formas convencionais de financiamento de ensino superior. Essas formas viabilizam ou proporcionam que o estudante consiga seu diploma, mas como no dizer do professor Giolo joga “muitos jovens na condição de inadimplência” da qual dificilmente conseguirão sair.

Na terceira parte, o trabalho trata da pesquisa e dos seus resultados. Antes de abordar os aspectos da pesquisa, procura-se apresentar o Centro Universitário Franciscano desde o seu nascimento até os dias atuais. Vê-se então que desde os cursos iniciais houve uma longa caminhada até se chegar aos 30 cursos de graduação, aos vários cursos de pós-graduação e aos três cursos de Mestrado. Nesta parte, também apresentam-se as formas de financiamento e de bolsas ao incentivo das pesquisas, procurando-se enfatizar que é neste contexto que se desenvolve a pesquisa/entrevista.

Usando-se perguntas semi-estruturadas e dirigidas diretamente a gestores e alunos, tenta-se quantificar e qualificar a discussão a partir de indicadores. Com as respostas coletadas, desenvolve-se uma reflexão sobre a concepção do que permeia a filantropia, tanto por parte dos gestores como dos alunos filantrópicos da instituição.

Configura-se como objetivo principal da pesquisa levantar indicadores para mensurar o que significa a filantropia no contexto do Centro Universitário Franciscano tanto por parte dos gestores quanto por parte dos alunos beneficiados por ela.

## CAPÍTULO 1

### FILANTROPIA E QUESTÃO SOCIAL: REGISTROS DE UM DEBATE CONTEMPORÂNEO

A concepção de Filantropia, em termos etimológicos, vem do Grego *Filo* = amor + *Anthropos* = Homem e, segundo o Dicionário Aurélio, Filantropia significa “Amor à humanidade, Caridade” (FERREIRA, 1977, p. 221).

Embora esse seja o significado mais comumente atribuído, ou reconhecido por grande parte da população, a acepção do termo, quando aplicada à análise social sugere, segundo Sposati (1994, p.75) que

O termo filantropia é também uma laicização de concepção católica de caridade. É interessante neste sentido lembrar que João Bernardo Basedow ao criar em 1774, na Alemanha, em Dessau o “Philantropism”, como sistema educacional supunha a educação como dever do Estado independente de qualquer igreja.

Seguindo este viés, a autora constrói uma análise da Filantropia que considera a complexidade de transformações que a tangenciam historicamente. Sposati (1994) sugere que ainda que, na concepção popular, a Filantropia esteja relacionada à pobreza, ao assistencialismo e à solidariedade essa simetria alcançada nas representações sociais passou, também, por um necessário ordenamento jurídico que a legitimou no Brasil.

Ao realizar uma retrospectiva histórica sobre a concepção de Filantropia, alicerçada no ordenamento jurídico que a afeta, Sposati (1994) afirma que a Constituição de 1891 não faz nenhuma referência à atenção aos pobres nem às entidades beneficentes ou filantrópicas. Essa preocupação teve início na Constituição de 1934, em que há uma redefinição da atuação do Estado no atendimento aos problemas de cunho social. Essa Constituição determina, no Título IV, que “se deve possibilitar a todos a existência digna”, enquanto que, em seu art.138, afirma que “são reconhecidos os problemas sociais e lançadas as diretrizes de amparo aos desvalidos, à maternidade e à infância”.

Nesse sentido, a Constituição de 1934 registra e legitima o marco para a questão social no Brasil, filtrando e divulgando os problemas que dela se desdobram. Com efeito, é nesse período que alguns autores situam a mudança do tratamento da questão social no Brasil. Vista anteriormente como um problema de polícia, ela passa, então, a ser concebida como um problema político (IANNI, 2004; VELOSO, 1991; WANDERLEY, 2004). Em meio a essas mudanças, a Filantropia se legitima e começa a se organizar.

Uma primeira forma assumida, institucionalmente, pela filantropia é associada às relações entre capital e trabalho, em desenvolvimento na sociedade brasileira. Assim, a Constituição de 1937 prescreveu os direitos trabalhistas e direitos à educação, estipulando auxílios, facilidades e subvenções do poder público aos sindicatos e às indústrias que instalassem escolas de aprendizagem para os filhos de operários.

Já na Constituição de 1946, aparece, pela primeira vez, o veto imposto à União, aos Estados, ao distrito Federal e aos Municípios sobre o lançamento de impostos a

Templos de qualquer culto, bens e serviços de partidos políticos, instituições de educação e assistência social, desde que suas rendas sejam aplicadas integralmente no país, para os respectivos fins (art. 3º, inciso V).

Esta mesma Constituição, no art.154, estabelece a isenção de qualquer tributo aos “Estabelecimentos Particulares de educação gratuita, primária ou profissional”, oficialmente considerados idôneos. Assumida esta posição, percebe-se uma gradual formação de vínculo entre isenção, utilidade pública, subvenção e, posteriormente, filantropia, na proteção estatal oferecida aos religiosos e às instituições educacionais e assistenciais, quanto à tributação de seus serviços.

Para Miranda (2002, p.105), entretanto, “o marco da imunidade dos templos de qualquer culto se encontra na primeira Constituição Republicana de 1891”. Esse tema, segundo o autor, continua em questão na Constituição de 1988.

O veto à cobrança de impostos de templos religiosos e instituições de educação e assistência social mantém-se na Constituição de 1967 e na de 1988. Pode-se dizer, então, que as entidades religiosas são as mais beneficiadas com a imunidade tributária. Entretanto, essa imunidade não atinge, especificamente, o local

onde acontecem os cultos ou as cerimônias religiosas, mas sim a Entidade Mantenedora do templo ou da Igreja (SPOSATI, 1994, p. 12-14).

Entretanto, a Constituição de 1988 estabelece que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, “independente de contribuição à seguridade social” (SPOSATI, 1994, p.17). Assim, fixam-se os parâmetros para a discussão do tipo de instituição que terá direito a ser classificada como Filantrópica. Essa demarcação ocorreu porque, no contexto da elaboração desta Constituição, a participação social esteve presente em vários momentos, ainda que de forma difusa.

O processo de participação e influência no Congresso Constituinte colocou em jogo uma diversidade de forças sociais. Dentre essas forças, as entidades filantrópicas tiveram um papel considerável. Entretanto, conforme afirma Mestriner (2004, p.51), na “[...] Constituição de 1988, a concepção de Filantropia não é definida com clareza, e é colocada como instrumento de vantagens às associações, e não para garantir direitos à população”.

Por outro lado, as transformações observadas nas Constituições permitem configurar um movimento de ordenamento jurídico que legitima a Filantropia, transformando-a em lei. Tal ordenamento opera com a mediação do Estado, na medida em que ele cria legislações e normas para que as Instituições Filantrópicas possam atender à sociedade. Esse movimento histórico é simultâneo às mudanças nas próprias representações sociais sobre os sujeitos em situação de vulnerabilidade, ou vivenciando processos sociais de exclusão, como bem apontou Kowarick (2003), ao analisar a trajetória comparada das políticas sociais nos EUA, na França e no Brasil.

Assim, a fim de analisar a Filantropia na sociedade brasileira, desde sua emergência legitimada e institucionalizada no marco da questão social, cabe ressaltar, como elemento importante, o fato de que a Filantropia se reproduz e reproduz sua representação pública associada ao atendimento dos pobres e também de pessoas em situação de vulnerabilidade ou marginalidade. Na relação que estabelece com o Estado e a sociedade civil, a Filantropia e as Instituições Filantrópicas são representadas, desde esse marco, como associações que visam complementar ações e serviços de intervenção social nas situações de reprodução da pobreza agindo como mediadora entre o Estado e a sociedade civil.

## 1.1 Vulnerabilidades, ajuda e solidariedade

O problema que as representações contemporâneas de Filantropia apresentam para a compreensão de sua participação na questão social está, justamente, na reprodução dos estigmas que acompanham os sujeitos assistidos pela mesma. Porém, diferentemente dos estigmas que marcavam os sujeitos afetados pela questão social, em 1930, tratados como caso de polícia (os vagabundos, os desordeiros, os malandros, etc), hoje eles são representados como os “sem-condições”, uma vez que não possuam bens materiais ou poder aquisitivo desdobrado de emprego. São então classificados como incapazes de viver numa economia de mercado, ou considerados como fragilizados, vulneráveis, precários, ou seja, em processo de exclusão desta sociedade.

Na atualidade, problemas como o desemprego, a precariedade das condições de trabalho e os baixos salários contribuem para as novas modalidades de desigualdades sociais. Castel (2000, p.12) afirma que “[...] mais grave que o desemprego é a vulnerabilidade do trabalho, sua precarização e submissão à ordem do mercado, gerando trabalhadores excedentes, sobrantes inválidos”.

Sob essa perspectiva, a degradação da condição do trabalhador se torna agravante quando ele não possui condições de manter, ou custear, a vida acadêmica de seu filho no ensino superior. Esta situação é tomada como objeto desta investigação.

Nesse sentido, Wanderley (2000, p.58) argumenta que a “Questão Social nesses 500 anos do descobrimento centra-se nas extremas desigualdades e injustiças”. Para o autor, a Questão Social se fundamenta:

Nos conteúdos e formas assimétricas assumidos pelas relações sociais, em suas múltiplas dimensões econômicas, políticas, culturais, religiosas, com acento na concentração de poder e de riqueza de classes e setores sociais dominantes e na pobreza generalizada de outras classes e setores sociais.

Nessas múltiplas dimensões, a desigualdade social toma forma ao longo de um processo de exclusão social, gerado pela força do poder. A exclusão social pode ser oriunda do mercado de trabalho, do consumismo, como também da cultura, da etnia e da religião.

Ianni (2004) remete a uma retrospectiva histórica em relação aos desafios que a questão social apresenta às políticas sociais na atualidade. Para o autor,

A Questão Social continua a ser um desafio para a Nova República inaugurada em 1985. Os diagnósticos realizados indicam a gravidade da situação social brasileira herdada de muitos anos e décadas. Remetem a raízes que implicam o militarismo e o populismo (IANNI, 2004, p. 105).

Seguindo o pensamento deste autor, a questão social envolve aspectos econômicos, políticos e culturais, metamorfoseando-se em questões de assistência social e em problemas como violência e caos, gerados pelos registros de desigualdades sociais.

Para melhor entendimento dessa metamorfose, cabe registrar a diferença entre desigualdade e exclusão elaborada por Santos (1995), em uma palestra proferida no Rio de Janeiro, quando argumentou que tanto a desigualdade como a exclusão são justificadas com exceções ou incidentes de um processo societal, que não lhes reconhece a legitimidade.

Acrescenta o autor que é no desenvolvimento capitalista que se processam a desigualdade e a exclusão, sendo a desigualdade o motor da relação capital x trabalho, o que favorece essa situação baseada na exploração.

Ainda para o mesmo autor, a desigualdade também se dá pela *integração subordinada*<sup>1</sup>, implicando um sistema hierárquico de integração social, sendo um fenômeno direcionado ao fator socioeconômico.

Enquanto a exclusão é um sistema igualmente hierárquico, argumenta o autor, o que dita a exclusão é a forma como ela se dá, ou seja, ela ocorre de uma mescla cultural e social ou, como expressa o autor, na forma de um “fenômeno de civilização”, sendo uma norma que se fundamenta em regras também jurídicas.

A exclusão da normalidade é traduzida em regras jurídicas que vincam, elas próprias, a exclusão. Na base da exclusão, está uma pertença que se afirma pela não pertença, um modo específico de dominar a dissidência. Assenta num discurso de fronteiras e de limites que justificam grandes fracturas, grandes rejeições. Sendo culturais e civilizacionais, tais fracturas têm também conseqüências sociais e econômicas, ainda que se não definam primordialmente por elas. Aqui a integração não vai além do controle de perigosidade (SANTOS, 1995, p. 03).

---

<sup>1</sup> Esse processo de *integração subordinada* interessa de perto à reflexão aqui em elaboração, uma vez que se supõe que tal processo está em desenvolvimento nos mecanismos normativos incrementados nas instituições filantrópicas educacionais.

Ao refletir sobre a desigualdade e exclusão – termos que ele expõe serem distintos, mas de certa forma interligados, pois ambos atingem o sujeito e, principalmente, os que estão em situação de vulnerabilidade social – Santos (1995) associa a desigualdade à igualdade e a exclusão à diferença. Segundo ele, principalmente a exclusão é um termo reflexivo, pois nem sempre o sujeito precisa estar na situação de vulnerabilidade para que seja excluído de algo, visto que a mesma se dá mais na ordem cultural, étnica e moral.

Esse é o contexto em que tradicionalmente as práticas das instituições filantrópicas se voltam a quem delas necessitar, segundo Sposati (1994). Ao suprirem alguns serviços necessários à reprodução da vida dos sujeitos em situação de vulnerabilidade social, permitem que o Estado (também responsável pela educação) se ausente progressivamente do campo de prestação desses serviços. Enquanto isso, as entidades organizadas da sociedade civil assumem, em troca de vantagens e benefícios fiscais, uma responsabilidade que é do Estado, o que acaba por onerar o fundo público.

Segundo essa perspectiva, a Filantropia educacional se institui no ensino superior, para que a população de baixa renda possa ser incluída nesse nível de educação.

Nesse sentido, este trabalho se propõe a fazer uma reflexão acerca das relações entre filantropia, atuação do Estado e políticas públicas de educação.

A idéia central que orienta essa reflexão se fundamenta no argumento de Sposati (1994, p.74), que defende a necessidade do redirecionamento da relação entre Estado e Associações sem Fins Lucrativos para o campo das políticas sociais, a fim de evitar a privatização do Estado e, conseqüentemente, evitar que se confundam os interesses que fortalecem as instituições filantrópicas. Além disso, esse argumento remete à reflexão sobre a possibilidade de as ações filantrópicas adquirirem o caráter de direito extensivo a todos os indivíduos que necessitam desses benefícios.

## **1.2 Filantropia e inclusão educacional: direito, ajuda ou solidariedade?**

Com as mudanças ocorridas a partir de 1980, no sistema econômico, o retrato da situação social no país revela um desnível gritante na concentração de

renda para poucos, uma situação econômica privilegiada e a miséria e o desemprego para muitos. Tal quadro social nos remete à discussão sobre as relações entre o Estado e a sociedade Civil frente às transformações contemporâneas que se refletem no país.

Conforme afirma Bobbio (1987, p.36), “há uma grande dicotomia na relação entre o Estado e a Sociedade Civil”. Em relação à governabilidade da sociedade, o autor procura explicar a causa do incremento na ingovernabilidade. Na opinião do autor,

Uma sociedade torna-se tanto mais ingovernável quanto mais aumentam as demandas da sociedade civil e não aumenta correspondentemente a capacidade das instituições de a elas responder, ou melhor, com a capacidade de resposta do Estado alcançando limites talvez não mais superáveis (BOBBIO,1987, p.36).

Atualmente, verifica-se o aumento pela procura de respostas da sociedade civil para os problemas sociais. Entretanto, ressalta-se a falta de respostas por parte do Estado. Pode-se dizer que a sociedade civil está assumindo a responsabilidade social de maneira mais precisa e imediatista, deixando o Estado como segunda opção, devido à sua morosidade na solução dos problemas sociais.

Vale também ressaltar que, em virtude da crise fiscal e da privatização, a minimização do papel do Estado beneficia um fortalecimento cada vez maior da Sociedade Civil, ocorrendo então um aparente contraste entre a demanda por parte da Sociedade Civil e o atendimento prestado pelo Estado. Sobre esse contraste entre demanda e atendimento, Bobbio (1987, p.36) argumenta que

Nas mais recentes teorias sistêmicas da sociedade global, a sociedade civil ocupa o espaço reservado à formação das demandas (input) que se dirigem ao sistema político e às quais o sistema político tem o dever de responder (output): o contraste entre sociedade civil e qualidade das demandas e capacidade das instituições de dar respostas adequadas e tempestivas.

Ao analisar e discutir a relação entre Estado e Sociedade Civil, cabe levar em consideração que, para reproduzir a legitimidade das Instituições Filantrópicas, é necessário que usuários em situação de pobreza, vulnerabilidade social e em processos de exclusão social sejam “beneficiados”. Entretanto, a legislação apregoa que esses usuários necessitam comprovar carência financeira, ou seja, precisam mostrar que vivem em situação de “não ter”, ou ter o mínimo de condições para

suprir suas necessidades humanas básicas. Heller (1997) discute a natureza dessas necessidades básicas e o efeito, no indivíduo, do atendimento a essas necessidades. Segundo essa autora,

As necessidades humanas tornam-se conscientes, no indivíduo, sempre sob a forma de necessidades do Eu. O “Eu” tem fome, sente dores (físicas ou psíquicas); no “Eu”, nascem os afetos e as paixões. A dinâmica básica da particularidade individual humana é a satisfação dessas necessidades do “Eu” (Heller, 1997, p. 20).

Nessa luta pela sobrevivência, é difícil crer que um indivíduo possa obter a satisfação de seu “Eu” quando está impossibilitado de ter acesso à educação, à moradia, bem como ao trabalho e ao lazer, ou seja, quando se coloca ou é colocado distante da própria sociedade.

Essa orientação normativa e legal leva ao questionamento proposto neste estudo sobre o caráter das atribuições legitimadas das instituições filantrópicas. Segundo Sposati (1994, p.75),

Há um outro sentido que é o sentimento contido na filantropia enquanto ser amigo do homem e garantir-lhe condições efetivamente humanas. Neste caso, ele se confunde com a solidariedade e abre um campo importante: o que é digno da condição humana?

Sem dúvida esta pergunta é sempre subjacente à política de assistência social? O que são os mínimos sociais para todos? Ou o que são padrões de dignidade para todos? Neste campo, pode ocorrer a aproximação do Estado com a filantropia, sob o escopo de uma política social.

Vale ressaltar que é no quadro das situações de pobreza e de vulnerabilidade, bem como nos processos de exclusão social que se percebe a “privação de capacidades” (LOPES, 2002, p.167). Tal privação se verifica pela falta de auto-estima e pela apropriação do rótulo de pobre, como marginal e incapaz, que promovem o embotamento dos pobres na pobreza e, muitas vezes, desestimulam esses indivíduos como atores das lutas sociais pela melhoria de vida.

Assim, quando são discutidas políticas públicas de inclusão educacional, logo estas são direcionadas aos pobres, aqueles em condições de desvantagem ou vulnerabilidade social, que não têm condições de custear seus estudos, principalmente o ensino superior. Torna-se representação social o entendimento de que a pobreza não deve ser um impedimento para os “sonhos coletivos”. Nesse

sentido, a pobreza se configura historicamente pela atitude que uma sociedade assume, conforme afirma Simmel (*apud* PAUGAM, 2003, p.54):

O fato de alguém ser pobre não significa que ele pertença a uma categoria específica de pobres. Ele pode ser um pobre comerciante, um pobre artista ou um pobre empregado, mas continua se situando em uma categoria definida por uma atividade específica ou uma posição. Nessa categoria, ele pode ocupar, devido a sua pobreza, uma posição que se modificará gradualmente. Mas os indivíduos que, em diversos status e ocupações, se encontram nessa situação, eles não ficam ainda reagrupados de alguma maneira numa totalidade sociológica particular distinta da classe social à qual pertencem. É a partir do momento em que passa a ser assistido, talvez mesmo quando sua situação poderia normalmente lhes dar direito à assistência, mesmo antes desta ser concedida, que eles se tornam parte de um grupo caracterizado pela pobreza. Esse grupo não permanece unificado pela integração entre seus membros, mas pela atitude coletiva que a sociedade em sua totalidade adota em relação a ele.

A partir dessa concepção, Simmel propõe que se pense na modificação gradual da realidade do pobre. Tal modificação promoveria o início da luta do indivíduo por seus direitos que, na maioria das vezes, passam a ser confundidos com solidariedade, ajuda ou favor, o que, conseqüentemente, leva o indivíduo a se autodenominar pobre, excluído, sem condições de igualdade social, e a conceber as ações filantrópicas como um mero favor ou ajuda. Nesse contexto, em termos educacionais, este não reconhece seu direito de recorrer a benefícios disponíveis para a conclusão do ensino superior e fica à margem da sociedade.

A ação da “ajuda”, mais do que um acordo entre sociedade civil e o Estado, é uma troca de benefícios que busca envolver os sujeitos que estejam em situação de vulnerabilidade em processos de inclusão, e atender as suas necessidades. Para que o instituto da “ajuda” exista, são necessários dois aspectos: alguém que tenha necessidade e alguém que esteja disposto a ajudar e que disponha de mecanismos para tanto.

Assim, o que aparentemente pode parecer uma simples ajuda representa, na maioria das vezes, a transformação de uma situação de necessidade. Dessa forma, o que pode parecer pouco para alguém, para outro pode ser a diferença, em vista de uma oportunidade de adquirir novos conhecimentos e, conseqüentemente, de crescimento pessoal.

Nesse sentido, o serviço social atua de forma mediadora para que o aluno em situação de vulnerabilidade tenha acesso ao mecanismo disponibilizado pela Instituição Filantrópica. Uma vez envolvido no processo, surge a necessidade de que

a sua realidade seja transformada. O acesso ao instrumento em discussão é um direito do sujeito, ou seja, a Instituição Filantrópica apenas administra um recurso que é público. Nesta situação, há toda uma legislação que regula as entidades Filantrópicas e o acesso a esse recurso, mas o foco da questão é o de que se trata de um direito de cidadania.

Sobre essa atuação do trabalho do Assistente Social, Araújo (1980, apud CASTRO, 1985, p. 14) acrescenta: “O ponto de partida da intervenção do serviço social é o homem em seu modo de existir. Para tanto o Assistente Social empenha-se em compreender o sentido da existência humana”.

O direito à educação é Constitucional (art. 6º da Constituição Federal 88), mas o serviço social oferece um olhar voltado à subjetividade, à realidade e à vivência do usuário, por isso faz-se necessária a visita domiciliar para a formalização do processo de inclusão na instituição. A importância desta visita é discutida por Amaro (2003, p.9). Segundo a autora, “[...] O serviço social é uma das áreas que mais emprega a visita domiciliar em suas abordagens, e isso desde os primórdios da profissão”.

Amaro (2003) ainda enfatiza três técnicas fundamentais na visitação, no momento de definir se o usuário vai ser beneficiado: a base na “observação, entrevista e a história ou relato oral”, pois a “realidade do usuário é complexa” (p. 22) e, portanto, não se pode apenas incluí-lo ou excluí-lo numa simples análise sobre a ficha socioeconômica (idem, p. 37). Para ela, “Deve-se estar atento para olhar o diferente, o inaudito, o invisível; o que está fora da sala ou fora de visão, o que não aparece no relato ou na casa”.

A partir dessa perspectiva, a Filantropia deixa de ser benevolente e torna-se um mecanismo de ajuda, com critérios de avaliação para a obtenção da concessão a *priori*. Esses *critérios* são objetivos, como a ficha socioeconômica, mas, por ocasião da visita domiciliar, critérios subjetivos também se tornam relevantes em vista de seleção.

Explicitando a ação da ajuda, Castro (1985, p.19) faz referência ao equívoco existente na acepção dessa ação/palavra. “A relação de ajuda visa tornar o sujeito o construtor de sua própria transformação, através desta experiência compartilhada”.

É para atingir essa transformação que o trabalho do serviço social torna-se fundamental, principalmente na hora da entrevista para a seleção, uma vez que o

profissional não é capaz de mudar a realidade, ou seja, ele apenas usa dos recursos que a instituição disponibiliza para que o próprio usuário busque seus direitos.

Diante dessa realidade, faz-se necessária a utilização das afirmações de Carvalho (2002, p. 10). O estudioso faz referência aos direitos de cidadania, dividindo-os em “direitos civis, direitos sociais e direitos políticos”. Importa registrar, porém, que, no que tange à cidadania, podemos concluir que ela não se divide, ou seja, todo cidadão deve ter direitos e deveres a cumprir concomitantemente. Em adição, ao cidadão cabe ter acesso a tudo o que o Estado e a Sociedade Civil disponibilizam para que suas carências sejam supridas.

Carvalho acrescenta ainda que “[...] o surgimento seqüencial dos direitos sugere que a própria idéia de direitos e, portanto, a própria cidadania, é um fenômeno histórico” (2002, p.11). A conquista da cidadania foi e está sendo transitória, pois ainda perdura a concepção de que muitos direitos adquiridos sejam entendidos como ajuda e favor. A conquista desses direitos nada mais é do que a devolução do que o direito natural destina às pessoas.

Bertrand argumenta que a pobreza gera privações as quais perpassam condições sociais precárias até na “relação entre as estruturas da sociedade e os modos de pensamento” (BERTRAND, *apud* LOPES, 2002, p.162). Assim, as privações geradas pela pobreza acabam por afetar não somente a realização pessoal como também a coletiva.

É agravante o fato de que essa pobreza se depara com a ausência de um projeto social, o que acarreta o retrocesso individual e coletivo, além do conformismo em relação a essa situação.

Vale ressaltar que a concepção de pobreza já teve vários conceitos, sendo hoje predominantemente considerada somente como falta de recursos financeiros. Porém, a esse conceito, soma-se um conjunto de estigmas historicamente atribuídos à pobreza. Nascimento (*apud* IAMAMOTO, 2004, p.50) ressalta que

Nos anos 1950, a pobreza foi construída em torno da imagem do Jeca Tatu – preguiçoso, indolente, sem ambição; nos anos 1960, a imagem da pobreza passou a ser representada pela figura do malandro, aquele que não trabalha, mas vive espertamente, sendo objeto do desprezo e da indiferença. Hoje a imagem da pobreza é radicalizada: é o perigoso, o transgressor, o que rouba e não trabalha, sujeito à repressão e à extinção. São as “classes perigosas”, e não mais laboriosas, destinatárias da repressão. Reforça-se assim a violência institucionalizada, colocando-se em risco o direito a própria vida.

Com base no exposto até aqui, é possível perceber a deficiência de políticas sociais para uma verdadeira inclusão social. Além disso, parece haver um encobrimento (ou dissimulação) da real situação em que se encontra a população brasileira menos favorecida. Torna-se, então, fácil qualificar ou conceituar a real situação da população por meio de paradigmas e definições. É muito mais difícil a própria sociedade assumir que a maioria da população está inserida nesse conceito por falta de oportunidade, condições e pela concentração da riqueza nas mãos de poucos.

Para Johnson (1997, p.176), pobreza, em sentido geral,

É uma situação na qual pessoas carecem daquilo de que têm necessidade para viver. Os limites de “necessidade para viver”, no entanto, são matéria de definição.

Se a pobreza é definida em termos absolutos – aquilo de que indivíduos precisam para sobreviver fisicamente -, torna-se mais simples definir o ponto em que pessoas se tornam pobres. A experiência de pobreza, porém depende também do quanto as pessoas têm em comparação com outras pessoas na sociedade e com os valores culturais que definem a “boa vida”. [...] Quanto mais comum à pobreza, maior a pressão pública para que alguma coisa seja feita a respeito.

Tendo em vista que muitos “favores” nada mais são que direitos do cidadão e dever do Estado e da Sociedade Civil, é preciso desmistificar certos conceitos estabelecidos por usuários e instituições. Da mesma forma, é preciso analisar e interpretar certas ações, sob pena de se rotular todo auxílio como caridade, ajuda ou solidariedade.

Isso se dá porque, segundo Enderle et al. (1997, p. 613),

O princípio da solidariedade está intimamente ligado à caridade cristã, que ajuda os outros nas necessidades, procura o direito do outro, se empenha por ele e dele se compadece. A igreja tem-se por comunidade, na qual um serve ao outro (fraternidade; estrutura diaconal da Igreja) e que intervém pelo direito do outro. Elas ressaltaram que, para um mundo humano justo é necessário modificar posições básicas opostas.

Os mesmos autores afirmam que o papel fundamental da solidariedade é assegurar “o mínimo” para as camadas “pobres da população”, e, com isso, promover a “salvação dos ricos”. Sob essa perspectiva, ocorre então uma solidariedade de troca. No entanto, essas trocas não são equânimes, já que tão pouco é doado para muitos em troca de muito para poucos.

Nessa relação pobre-rico, solidifica-se a solidariedade subentendida como troca, como doação de quem detinha poder aquisitivo a quem nada tinha. Acredita-se no mito de que a salvação virá através da caridade.

Para Demo (2002, p.34), o atual discurso sobre solidariedade

[...] pode apresentar efeito imbecilizante – dominante, não passando de ajuda apenas residual, o que não acarreta nem emancipação e autonomia para a população. [...] É a partir do conhecimento científico que o indivíduo mudará sua condição na história.

Essa mudança de concepção sobre solidariedade acarretará o desenvolvimento da autonomia e da consciência de que nem toda forma de solidariedade se dá como forma de favor, por opção de “bondade”. Vale ressaltar que, para o mesmo autor,

A solidariedade quando crítica e, sobretudo autocrítica, sabe discernir efeitos de poder. Por exemplo, a solidariedade que produz ajuda assistencialista representa fantástico processo de imbecilização (DEMO, 2002, p. 40).

Demo, em suas reflexões, expressa a conexão entre a solidariedade e o poder. O autor explica que o poder se subentende pela diferença social e é exercido por aquele que manda e que encontra quem precisa obedecer.

No entanto, através do conhecimento, da crítica e da autocrítica, o indivíduo pode reverter os efeitos do “poder” e, conseqüentemente, do conceito de solidariedade, desmistificando a idéia de que a solidariedade vem de quem é “bonzinho”, de quem quer ajudar apenas porque é correto e justo.

Nesse sentido, Demo (2002, p. 272) pontua cinco aspectos relevantes a serem considerados para que a solidariedade não seja vista como “mero efeito de poder”:

Primeiro – É necessário que haja a autocrítica para não ocorrer equívoco.

Segundo – Oportunidade da solidariedade para a ocasião da cidadania coletiva.

Terceiro – solidariedade dos marginalizados nunca deverá perder de vista que o mesmo deve ser uma obra coletiva, por isso mesmo

deve ficar acima das individualidades; a solidariedade deve levar à emancipação de todos.

Quarto – Igualdade de condições. Para que a coletividade tenha qualidade de vida cada um deve ter dignas condições de vida e para isso é importante a justa distribuição de “renda e poder”.

Quinto – Apesar do confronto com os “opressores” é necessário que se faça parte do “mesmo projeto “emancipatório”, “ser solidário com quem não predispõe solidariedade”.

A solidariedade está relacionada ao poder e à reprodução do assistencialismo. Nesta relação, quando não se pratica a autocrítica, pode-se recair na “imbecilização”, pois grande parte das políticas sociais têm como objetivo o auxílio à sobrevivência, ao invés da contribuição para a vivência digna do indivíduo.

Nas palavras de Boaventura (*apud* DEMO, 2002, p.271), “[...] É preciso produzir para viver, não apenas para sobreviver. Grande parte das políticas sociais serve, no máximo, para apenas sobreviver, sobretudo as assistenciais”. Tal citação remete à pertinente reflexão sobre as políticas de inclusão ao ensino superior, nas universidades privadas, tão necessárias atualmente, uma vez que a instituição educacional é uma das vias de socialização do indivíduo menos privilegiado. Estes atos filantrópicos estarão sendo explicitados ao longo deste estudo.

Ao considerar os benefícios educacionais destinados a alunos que estão em desigualdade social ou em situação de vulnerabilidade social, pensa-se na “ajuda” que os alunos estarão recebendo. Ao empregar esse termo, entretanto, não se pode deixar de enfatizar que o termo *ajuda* significa, na realidade, *uma troca*, como se verificará no caso específico das instituições filantrópicas de educação<sup>2</sup>.

Nessa perspectiva, a “ajuda”, julgada por alguns, no que tange às instituições filantrópicas, é conceituada como benevolência, caridade, solidariedade, não sendo então reconhecido o “acordo” do Estado com a Sociedade Civil.

Concomitantemente, fala-se em igualdade para todos. Considerando a “inclusão educacional”, fica a indagação se realmente existe oportunidade igualitária às classes que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Para que o aluno seja beneficiário da filantropia, ele passa por rigoroso processo seletivo que envolve critérios como comprovação de renda, de moradia,

---

<sup>2</sup> Trata-se, na verdade, de uma troca: a instituição filantrópica possibilita ao aluno o estudo gratuito (parcial ou integral) e, em troca, obtém certificados e isenções fiscais.

número de dependentes, entre outros. Nessa situação, parece conveniente levantar a seguinte questão: “Tais critérios vêm ao encontro do interesse de quem?”.

Devido à atual crise financeira que o país atravessa, os novos usuários não necessitam apenas de trabalho, mas de salários dignos. Dessa forma, não só a informalização do trabalho e o desemprego fazem com que eles recorram aos seus direitos, mas também a precarização de seus salários. Rosanvallon (*apud* PASTORINI, 1995, p.16) corrobora essa idéia, ao afirmar que

O crescimento do desemprego e o aparecimento de novas formas de pobreza (nova pobreza, exclusão social etc.) estariam indicando o surgimento da “nova questão social” e o esgotamento do modelo de proteção social baseado no risco coletivo devido a não adaptação dos velhos métodos de gestão social a nova realidade.

Na sociedade contemporânea, percebe-se que o chefe da família, apesar de possuir renda, está em desvantagem social, pois não consegue manter necessidades básicas da família como saúde, educação, alimentação e moradia. Com as novas necessidades que emergem, fruto da contemporaneidade, mudam as formas da manifestação de vulnerabilidades (PASTORINI, 2004, p.16).

Tendo em vista essa nova realidade e a metamorfose da questão social, há de se pensar em métodos eficientes para que haja uma real inclusão social, ao invés de um mero assistencialismo/paternalismo, ou, até mesmo, a transferência de responsabilidades do Estado para as instituições filantrópicas, tratando os direitos como mera ajuda, caridade.

A exclusão social, a desigualdade social, a luta pelo ingresso e permanência na universidade ou o fato de o indivíduo não ter acesso à universidade estão diretamente ligados à maneira como as políticas públicas estão sendo elaboradas. Vale refletir se elas vêm ao encontro das novas necessidades apresentadas e das manifestações da questão social. Urge que os responsáveis pela elaboração das políticas públicas reflitam sobre questões como o desemprego, a precariedade dos salários, o alto custo de vida para a população, assim como o aumento populacional. Pastorini (2004, p. 65) afirma que

Agora não se trataria de uma questão de pauperismo, mas sim, de precarização, uma vez que, se a zona de vulnerabilidade, que associa precariedade do trabalho e fragilidade relacional, não for controlada ou reduzida, continuará alimentando a desfiliação.

Sob essa perspectiva, é possível afirmar que o Estado continua a se ausentar da responsabilidade de políticas públicas eficientes e eficazes. Conseqüentemente, a iniciativa privada passa a dominar, entre outros setores, o educacional, como se observa, por exemplo, no caso do crescimento das universidades particulares filantrópicas.

Esse crescimento acelerado das universidades particulares como resposta à demanda social, é questionável quando são consideradas as questões sociais e suas manifestações. Além disso, é preciso levar em consideração se as políticas econômicas adotadas pelo Estado estão em consonância com as políticas públicas de atenção aos problemas sociais.

Segundo a reflexão de Yamamoto (2001) sobre as dualidades das políticas neoliberais, no tocante à autonomia do Estado, essas políticas estariam cada vez mais comprometidas com os interesses econômicos.

Atílio Borón, sociólogo argentino, sustenta serem as políticas neoliberais presididas por uma dupla articulação. Por um lado, a satanização do Estado; o Estado é tido como o diabo, responsável por todas as desgraças e infortúnios que afetam a sociedade capitalista. Por outro lado, a exaltação e a santificação do mercado e da iniciativa privada, vista como a esfera da eficiência, da probidade e da austeridade, justificando a política das privatizações. O resultado é um Estado cada vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes, renunciando a importantes graus de soberania nacional, em um contexto no qual há ampla prevalência do capital financeiro, ou uma “financeirização da economia”, nas palavras de Mattoso (IAMAMOTO, 2001, p. 35).

Assim, com a submissão e a negligência do Estado, os interesses dominantes tendem a se sobressair. E no que tange à educação, a inclusão social começa, então, a apresentar um diferencial, que está relacionado à atuação das instituições particulares de ensino. Questiona-se se a educação, hoje, já está privatizada. Nesse sentido, parece apropriado que se levantem as seguintes indagações: “Quem são hoje as pessoas incluídas na lista dos que têm acesso ao ingresso universitário?” “Como se dá essa inclusão?” “Quais os critérios que orientam essa inclusão?”

Considerando o pensamento de Donzelot (1986), o setor social influencia outros segmentos sociais e as relações observadas entre os setores público e privado. Esses dois setores se complementam na atenção às demandas sociais. Ou seja, não somente o setor público é responsável pelas respostas às causas sociais,

mas também o setor privado, que passa a ter significativa atuação no atendimento das necessidades sociais.

Em consonância com o pensamento de Donzelot (1986), Lipovetsky (1994, p.164) afirma que

A incapacidade das políticas públicas em fazer face aos problemas da grande pobreza revelou a necessidade de uma cooperação entre parceiros públicos e privados, fazendo recuar a idéia de que a solidariedade era do domínio exclusivo do Estado.

Percebe-se essa atuação conjunta entre os setores público e privado, dando ênfase maior para o fortalecimento da sociedade civil, que se organiza para suprir as demandas sociais que o Estado não consegue atender.

### **1.3 Gênese e desenvolvimento da filantropia**

Já nos primórdios, o responsável pela “ordem” e regulamentação do Estado era a polícia, por intermédio da qual era assegurado o êxito do Estado e, conseqüentemente, o aumento do poder e da “felicidade”. O Estado figurava como resumido à polícia, para que a felicidade e a ordem pública fossem constantes. Donzelot (1986, p. 12) explica que o objetivo da polícia “era assegurar a felicidade do Estado, através da sabedoria de seus regulamentos, e aumentar suas forças e sua potência tanto quanto ela for capaz”.

O Estado “feliz” era sinônimo de bonança e ordem para a sociedade. Assim sendo, o princípio para o êxito e para a consideração do Estado eram a felicidade e o bem-estar social.

Para que a felicidade fosse uma realidade, era preciso observar uma vasta distinção entre pobres e ricos. O pobre, de certa maneira, deveria sempre se esconder para não denegrir a imagem da cidade “limpa”. Lipovetsky (1994, p. 51) reflete sobre essa questão ao tratar da higienização. Sobre o trabalho moderno e a definição de uma identidade para os filantropos:

Os filantropos modernos definem-se, antes de mais nada, como educadores, reformadores da sociedade civil e da vida privada. Ao tornar-se trabalho social, a moral prática apanhou o comboio da secularização do mundo, objetivo primeiro já não é a salvação da outra vida, mas sim a salubridade democrática.

Em relação à higienização, cabe ressaltar que a moral e a apresentação de uma cidade limpa eram fundamentais. Através da “limpeza”, a salubridade democrática se instaurava, e a sociedade ficava à mercê da população que precisava ter boa aparência.

Contudo, para que essa limpeza e felicidade se realizassem, uma família presente e atuante se torna o ponto essencial de investimento. A família se torna, portanto, fator preponderante para que não surjam problemas ao Estado. Então, quando não havia uma presença marcante, correta e ideal da família, o Estado necessitava da intervenção da polícia para ponderar a ordem do regime familiar.

Pobres, pessoas com problemas de ordem moral, social e econômica eram consideradas inúteis e até mesmo tidas como um problema para o Estado. Assim, Donzelot (1986, p. 29) explica que “[...] em compensação, o que inquieta o Estado é o desperdício de forças vivas, são os indivíduos inutilizados ou inúteis”.

Nessa concepção de desperdício de forças vivas, de indivíduos inúteis se fortalece a mobilização dos filantropos, pois as próprias famílias, que querem livrar-se dos problemas sociais e econômicos, transferem essa responsabilidade para os aparatos societários, nos quais se registram os primeiros auxílios com a criação dos hospícios para menores abandonados (DONZELOT 1986, p. 31).

O início da concessão de benefícios se dá com a distribuição de ajuda financeira para que as mulheres de baixa renda assumissem o sustento de seus filhos. Donzelot (1986, p. 39) define essa decisão como uma “reviravolta”. Segundo o autor,

Reviravolta rica em conseqüências eficientes, a decisão de fornecer uma assistência financeira e médica às mulheres mais pobres, como também as mais imorais provocava um mecanismo que implicava a generalização desses tipos de serviços a todas as outras categorias de mães para não se correr o risco de ser acusado de atribuir um prêmio ao vício.

Devido à necessidade de assistir, financeiramente os mais pobres, surge o salário-família, para que o Estado, como também a polícia, tivesse menos desgastes ao proteger a sociedade.

Tanto a ação do Estado e da polícia, quanto a dos filantropos, visava ao fortalecimento da família e à sua restauração. A ação desses segmentos seria a

forma mais econômica de manter a ordem. No que tangia à Filantropia, Donzelot (1986, p. 39) postula que

Não se trata de discursos, mas de alianças efetivas e de operações eficientes. A segunda metade do século XIX se inscreve sob o signo de uma aliança decisiva entre um feminismo de promoção da mulher e a filantropia moralizadora que inicialmente, se dá com o objetivo a dupla luta contra os casos de tolerância, a prostituição, a polícia de costumes e, em seguida, contra os conventos e o ensino retrógrado das mulheres.

Sob essa perspectiva, era necessária a interligação entre a boa conduta, a moral, a ordem e, como afirma Lipovetsky (1994), a higienização, a fim de que o Estado e a sociedade gozassem de ordem e moralidade e que os necessitados pudessem ser “merecedores” de auxílios. Como se a ordem e a higiene fossem fundamentais para que o sujeito recebesse ou não algum tipo de assistência. Esquecia-se, nesse contexto, que o critério essencial para determinação de merecimento do auxílio devia ser a condição social e socioeconômica do indivíduo.

Essa perspectiva sobre a ajuda e a caridade, no Antigo Regime, manifesta-se sob a forma de três tipos de assistência aos pobres, as quais, segundo Donzelot (1986, p. 58) representam a proliferação da pobreza.

Os hospitais gerais e as reclusões para os vagabundos, a esmola individual para os mendigos e as companhias de caridade organizadas em torno das paróquias para a pobreza envergonhada. Todas as três são consideradas ineficazes, servindo para manter e até mesmo fazer proliferar a pobreza em vez de extingui-la.

Essa proliferação da pobreza é visível na atualidade e, por isso, indaga-se se as políticas públicas realmente implementam a inclusão social ou apenas amenizam e conservam a realidade encontrada nas classes subalternas. Donzelot (1986) argumenta que os Hospitais Gerais nada mais faziam do que “retirar” da observância pública aqueles considerados causadores do mal-estar social. Em outras palavras, a sociedade precisava ser higienizada para que se observasse a eficiência pública.

Em realidade, tanto naquela época quanto nos dias atuais, necessita-se, primordialmente, de políticas coerentes e inclusivas, nas quais o Estado e a Sociedade Civil assumam sua responsabilidade, até mesmo pela participação na

proliferação da miséria, ao invés de culparem o indivíduo em desvantagem social pela sua própria situação.

Estado e sociedade civil devem trabalhar de forma a superar a vertente da antiga visão, a qual considerava que ser pobre era sinônimo de ser vagabundo e preguiçoso. Tal concepção representa uma fuga ao enfrentamento da exclusão e da distinção das classes sociais e precisa ser transformada.

Na visão de Donzelot (1986, p. 65), a Filantropia nada mais é do que uma maneira de conceber ajuda, neste momento, a fim de evitar gastos futuros.

De modo geral a filantropia se distingue da caridade, na escolha de seus objetivos, por essa preocupação de pragmatismo. Em vez de dom, conselho, pois este não custa nada. A assistência às crianças em vez de assistência aos velhos, às mulheres e não aos homens, pois, a longo prazo, esse tipo de assistência pode, senão render, pelo menos evitar gastos futuros.

Essa visão de assistência, vista meramente como algo necessário para evitar gastos futuros e em cumprimento à legislação, é marcante nas Instituições Filantrópicas, mesmo na contemporaneidade.

Os beneficiários da Filantropia são tidos como indivíduos que estão à mercê da mendicância. Em algumas situações, o próprio beneficiário se constrange em ser assistido pela Filantropia, devido ao rótulo que o caracteriza como necessitado, pobre e vagabundo. Nesse sentido, pode-se indagar se o sujeito assistido pela filantropia hoje tende a se considerar “desqualificado”, como aquela classe de pobres assistidos pelas políticas sociais francesas, estudados por Paugam (2003).

A Filantropia, moralizadora, incumbia a família da obrigação de “reter e vigiar seus filhos”, conforme enfatiza Donzelot (1994, p.81). Caso a família falhasse no cumprimento dessa responsabilidade, ela mesma passaria a ser vigiada e policiada. O mesmo autor ressalta que “a iniciativa privada funcionará como meio de reforçar a autonomia da família e de seus membros com respeito ao risco de intervenção pública” (DONZELOT, 1994, p.85).

Esse é o ponto que esclarece o quanto o debate sobre a questão da Filantropia necessariamente nos remete a uma retrospectiva histórica. É fundamental a reflexão em torno de sua gênese, visto que, até os dias atuais, ainda se confundem ou, no mínimo, criam-se conceitos equivocados sobre a Filantropia e

a ação dos filantropos. Sobretudo, aquela ação originada na iniciativa privada, que se representa como civilizadora ou modernizadora.

É pertinente ponderar que a idéia de benevolência, caridade, ajuda dispensada pelos filantropos esteve associada à questão da higienização da sociedade. É dessa interligação que parte, então, a idéia de que o fator preponderante em relação à Filantropia diz respeito à higiene, ordem, boa conduta e moralidade.

Ainda sobre a identidade dos filantropos modernos, cabe ressaltar a opinião de Lipovetsky (1994, p. 51). Segundo ele, “os filantropos modernos se auto definem como educadores, os responsáveis pelas reformas da sociedade civil e da vida privada, para então a construção da cidadania republicana”.

Sob essa perspectiva, denota-se a visão do filantropo como o civilizador, aquele que se considera responsável pelo bem comum e pelo avanço do indivíduo.

De certa forma, a ação filantrópica não se fundamenta na questão da melhoria de vida, mas sim no que os benefícios concedidos vão representar para a sociedade. Em relação à meta principal dos filantropos, o mesmo autor (LIPOVETSKY, 1994, p. 52) ressalta que

Desenvolver a independência econômica dos pobres, aumentar a prevenção e a higiene das famílias, estimular o sentido de responsabilidade individual, tal é o objetivo central dos filantropos.

É notório que a preocupação com a higiene das famílias é um fator de destaque no que tange ao objetivo das ações filantrópicas. Essa preocupação com a higienização remete à reflexão sobre o quanto, realmente, são determinantes para a autonomia e dignidade de uma família as suas condições de higiene moral e de sexualidade. Vale refletir o quão essencial seria essa higienização, a fim de que os sujeitos dessas famílias sejam tratados como cidadãos.

Lipovetsky (1994, p. 52) manifesta a valorização dessa tendência higienista quando destaca que “os auxílios deverão ser orientados para os pobres ‘merecedores’, família legítima, domicílio bem cuidado, temperança das pessoas, e recusado aos outros”.

Uma atribuição do serviço Social é a visita domiciliar, na hora de decidir sobre a concessão de um benefício a um provável beneficiário, ou, ainda, para uma melhor avaliação de sua situação socioeconômica. A visita domiciliar se torna

fundamental e, ao mesmo tempo, um aspecto forte e de peso para se considerar se a pessoa será beneficiada ou não. Higiene e limpeza, por mais que se saiba serem essenciais ao indivíduo, são critérios que não devem ser observados na determinação ou não da concessão. Dessa forma, é preciso atentar para que esses critérios não sejam levados em consideração. Apesar disso, ainda é muito forte a concepção de que a higiene e a ordem possam incluir ou excluir um beneficiário.

Lipovetsky (1994) explica que o critério principal para a concessão de um benefício era, antes de qualquer coisa, que o indivíduo fosse “merecedor” por sua higienização. Esse autor explica que a discriminação e a rotulação do indivíduo eram pontos fortes naquela época. Até mesmo as denominações dos programas de inclusão já denegriam e feriam a condição pessoal do sujeito. Vale ressaltar algumas dessas denominações: “as classes dos pobres”, “lares para crianças vadias”, “refúgios para jovens raparigas sem família”, “reuniões de mães e lares de reabilitação para prostitutas”.

A filantropia é vista, portanto, como um empreendimento o qual necessita implementar ações que mostrem a ordem na sociedade, por meio de ações assistencialistas e, de certa forma, direcionadas a quem faça por merecer.

Lipovetsky (1994, p.99), fundamentando-se nas idéias de Rousseau sobre o suicídio, considera essa prática “como uma morte furtiva e vergonhosa, um roubo feito à espécie humana”, ou seja, o homem deveria respeitar sua vida, mantendo-se vivo, mas com dignidade, (idem, p. 115) mantendo a limpeza do corpo e “conservar-se na perfeição da sua natureza” (Kant). Segundo Lipovetsky (idem, p.116), a condição de higiene está tão arraigada à questão do social que, na época moderna, o “exército da salvação adotou o slogan “sopa, sabão e saúde””. O autor apresenta ainda que a concepção de imundície “é um sinal de preguiça e de vícios da alma” (p. 116).

A Filantropia, em sua gênese, também está ligada à espiritualidade, ao zelo pela fé e à benevolência. Entretanto, implanta-se uma nova metodologia. Em contraposição às Instituições Filantrópicas, ainda assistencialistas, estão as ações sociais que deslancham para métodos mais científicos, sem discriminação e princípios morais.

Dentre as transformações que perpassam a Filantropia, atualmente, cabe citar as ações socorristas, caritativas e imediatistas.

Com a explosão de shows e programas, a mídia auxilia no despertar do interesse social. Em comparação com megashows, os apelos sociais mais discretos não são eficientes. Megashows são necessários para o despertar dos contribuintes, o que descaracteriza a real necessidade dos auxílios e enfatiza, na verdade, a empolgação desses contribuintes pelos grandes acontecimentos que envolvem pessoas famosas.

Devido à ausência de projetos que realmente erradiquem a miséria, as ações mediadoras Filantrópicas despontam como a solução para a inclusão da população que precisa de ações sociais.

Traçando um paralelo entre a caridade e os megashows, Lipovetsky (1994, p.155) considera que a “caridade passa a ser associada aos decibéis, ao humanitarismo ao show-biz”. Segundo ele, “já não há grandes peditórios sem o poder do som”. Vê-se, então, que, se o fato de haver necessitados precisando de ajuda não basta para arrecadar contribuições, é necessário o alarde ou algo que motive os contribuintes a ajudar. Até mesmo o Estado lança mão desse recurso para obter auxílio da sociedade.

Essa busca acirrada por doadores e doações e em prol da mobilização social decorre da proliferação da pobreza. Wanderley (2000, p. 58) enfatiza que a pobreza “[...] se ampliou nas últimas décadas na América Latina, ocasionada por causas internas e externas interligadas e que vem se acirrando com a maneira pela qual se desenvolve a ‘globalização’”.

Na relação capital trabalho, que reflete a precarização dos salários, o alto índice de desemprego vem acompanhado da exclusão social, que se caracteriza não só pelo “processo produtivo”, mas, como complementa Wanderley (2000, p. 59), “pela origem étnica, pela identidade cultural, pelas relações de gênero”.

As políticas públicas são insuficientes para atender às demandas dos necessitados. Apela-se então aos megashows. No entanto, observa-se que nem as políticas públicas, nem os megashows que mobilizam a sociedade civil têm conseguido suprir as demandas que se apresentam.

Wanderley (2000, p.70) argumenta que nem mesmo os organismos internacionais (Banco Mundial e o FMI) conseguem soluções concretas para combater essa vulnerabilidade social.

[...] é importante assinalar no presente contexto as políticas traçadas pelos organismos internacionais (com destaque para o Banco Mundial e o FMI) que vem formulando propostas e medidas concretas de resolução de questões sociais, de combate à pobreza, dentro da ótica neoliberal, às quais não têm conseguido compatibilizar crescimento econômico e equidade, e, com raríssimas exceções, encaminhar soluções para os graves problemas sociais.

A complexidade do tema é visível, e temos vários apontamentos que mostram, de um lado, as várias iniciativas, tanto públicas como privadas, e, de outro lado, a insuficiência dos recursos aplicados, bem como a ineficiência da metodologia.

Contudo, o sentimento de bem-estar transforma-se em ajuda, caridade, benevolência. Ocorrem situações comoventes em que as pessoas carentes demonstram suas necessidades, e, na ânsia da responsabilidade pelo bem estar e pela felicidade do outro, o filantropo predispõe-se a ajudá-las.

Nesse mesmo processo de valorização da Sociedade Civil, das instituições caritativas e das ONGs, que teve origem na crise do Estado providência, enquanto se fala em caridade e ajuda, aumentam os relatos de miserabilidade e da situação vulnerável das pessoas (LIPOVETSKI, 1994, p. 164). Nos anos 1980, essa crise vem a agravar-se ainda mais, em consequência de políticas públicas ineficazes.

Em virtude da atuação precária do Estado ou até mesmo da ausência de atuação, a Sociedade Civil passa a ser vista como a “salvação da humanidade”. Os serviços públicos são então substituídos pelos serviços privados.

O trabalho voluntário, que, de certa forma, é visto como um trabalho benévolo, se fortalece com o apoio e o incentivo do Estado. É assim que se torna, então, uma obrigação e uma resposta social. Além disso, o trabalho voluntário representa para o filantropo uma auto-satisfação, uma sensação de dever cumprido para com o outro.

Por isso, também podemos afirmar que os filantropos relacionam a Filantropia à salvação espiritual, na medida em que ela está associada à caridade, conforme indica a própria definição de Filantropia, entendida como sinônimo de ação caridosa praticada pelos filantropos.

Por outro lado, Mead (1930, p. 133) ressalta a interligação de dependência entre a doação e o doador. Conforme essa relação, o indivíduo doador deve honrar seus compromissos, devido ao seu comprometimento com os impulsos caridosos,

pois sempre haverá alguém contando com esse benefício que o doador se propõe a fazer.

Assim, enquanto Lipovetsky (1994) pontua a indução aos auxílios pelos apelos dos megashows, Mead (1930) salienta que nenhuma doação vem apenas da obrigação. O autor postula ainda, que, paralelamente, tem-se o “impulso humano”, de sanar as aflições e necessidades alheias e o sentimento de compaixão que move alguém a ajudar o outro na hora da necessidade.

No tocante à doação e à extensão de auxílios (MEAD, p. 133) considera que o “homem sem impulso humano” é anormal e detestável, confirmando a condição da caridade como algo que se torna amável ao doador, sendo impossível ao homem ser bom sem ser doador e caridoso.

Essa concepção da condição para a ação caridosa nos transporta para as ações das Instituições Filantrópicas, pois, mesmo em cumprimento à legislação e com várias vantagens que possuem pelo certificado de serem filantrópicas, passam por caridosas aquelas que disponibilizam benefícios aos usuários em situação de vulnerabilidade social.

Os impulsos caridosos induzem as ações dos filantropos a se tornarem visíveis para a sociedade, contudo, segundo os filantropos, toda ação filantrópica é realizada meramente por amor, por sua filosofia de vida e missão na terra.

Aos poucos, porém, essa concepção de trabalho filantrópico como ação de cunho caridoso e benevolente vai se desfigurando e começa, então, a vigorar uma maior transparência nas legislações e nos critérios de atendimento aos necessitados. Nesse sentido, a ação filantrópica vai deixando de ser apenas a extensão de auxílios, e vai se tornando legalizada.

A filantropia prega, como critério para concessão de benefício, que o beneficiário da ajuda deve estar em situação de vulnerabilidade social e, aos poucos, o governo começa a interar-se da situação socioeconômica dos usuários, já que a aplicação dos recursos é pública, sendo apenas administrada pelo setor privado.

A distribuição de benefícios é repassada aos beneficiários com regras e critérios, e o encantamento pela bondade das grandes Instituições Filantrópicas despenca aos olhos da sociedade.

Como expressa Mead (1930), as ações do Estado sobre as instituições filantrópicas começam a justificar sua bondade e suas ações caridosas. Verifica-se,

então, um marco na história da Filantropia, em que as instituições filantrópicas não têm mais o sentido de caridade, benevolência, pois precisam executar suas funções com finalidades de atendimento ao público que realmente necessita de auxílio.

A Filantropia se moderniza e o princípio que regia suas ações, antes consideradas de cunho caritativo, é deixado de lado. Aquele cunho restrito de ajuda e caridade já não é mais o foco, vigorando, a partir desse marco, um campo mais amplo e técnico como forma de distribuição de auxílios.

Nesse contexto, Mead (1930, p. 135) faz interessante reflexão sobre a caridade. Para o autor, “uma caixa de comunidade apresenta um orçamento que apela não simplesmente aos impulsos caridosos, *mas ao sentido da justiça também*”<sup>3</sup>. Romper com essa concepção de ajuda e caridade é um grande desafio, pois nem mesmo os filantropos desvincularam o trabalho atual da compaixão e do favor realizado.

Agravante ainda é a concepção que, segundo o mesmo autor, algumas pessoas têm de que a dor, o sofrimento e a miséria são vontade divina. Sob essa perspectiva, os caridosos e a caridade em si são um dever imposto por Deus sobre o homem. O ato caridoso se torna então uma virtude que o homem realiza, espelhada na sabedoria divina. Por isso, talvez, alguns filantropos acreditam não ser necessário seguir normas e critérios, tampouco legislações, pois eles dão a quem precisa.

Sposati (1994, p.39) tem uma abordagem interessante sobre a atuação, antes de mais nada, autocaridosa das instituições filantrópicas, segundo a qual os benefícios que propiciam revertem para si próprias.

[...] a legislação que criou a declaração de utilidade pública, apenas representou em reconhecimento meramente cívico e honorífico e não, um mecanismo de acesso a outras vantagens como isenções das quais, inúmeras associações se beneficiam atualmente, em especial, as filantrópicas e, por isso, solicitam a utilidade pública [...]. A decisão de utilidade pública é indispensável para que a entidade receba o certificado de fins filantrópicos e, a partir deste, imunidade e a isenção da respectiva cota patronal previdenciária.

---

<sup>3</sup> O conceito atualizado de justiça em Mead necessariamente passa pela questão de que a mesma deve ser construída. Mead vai inter-relacionar os conceitos de justiça com cidadania. Mais do que isto, o autor relaciona Justiça com Direito, e, segundo ele, a justiça também é interação com o outro, isto é, valoriza o outro, os seus atos e o seu dia a dia. Mead vai influenciar as formulações de justiça em Rawls e Habermas.

Não é explícito que toda caridade e bondade destinada aos pobres, de certa forma, são custeadas pela sociedade, pois o dinheiro de isenções e imunidades provém de recursos financeiros que deixam de chegar aos cofres públicos e, com isso, eleva-se o trabalho das Instituições Filantrópicas, bem como suas ações caridosas e benevolentes.

Outro aspecto interessante abordado pela mesma autora é a crítica sobre a moral que não leva a questionamentos nos tribunais, pois a concepção de dever não representa um compromisso de ordem social, o que leva a filantropia a ser contraditória em relação à concepção de cidadania e direitos sociais.

Outras indagações surgem: a) O Estado não estaria ajudando as grandes instituições, ao conceder tantas isenções, imunidades e benefícios institucionais? E ainda: b) Os recursos destinados à sociedade, emitidos pelas Instituições Filantrópicas, seriam do mesmo porte e custeio que o Estado poderia dispensar diretamente aos assistidos?

Parece que, nessa mediação realizada pela Filantropia entre a sociedade e o Estado, um pouco dos recursos ficam perdidos na trajetória, recursos esses que poderiam ser, de certa maneira, aplicados em projetos de atendimento aos necessitados, financiados diretamente pelo Estado, assim então, o mesmo se fortaleceria no cumprimento de sua função.

Sob o ponto de vista de Sposati (1994), o Estado precisa assumir sua função, fortalecendo-se, a fim de encarar com seriedade as políticas públicas e, com isso, extinguir sua privatização, que aos poucos se torna mais evidente, principalmente no que tange ao fortalecimento das Instituições Filantrópicas e à ausência e ao enfraquecimento do Estado.

Pondera Sposati (1994, p. 8) que, no período da “Nova República”, segmentos estatais consideravam as Instituições Filantrópicas indesejáveis e, com o não progresso da regulamentação da assistência social como política pública, as ações beneméritas e caridosas tiveram grande espaço durante os anos 1980. Pode-se dizer ainda que as ações filantrópicas estão ligadas às ausências e à não honestidade das ações públicas.

As entidades filantrópicas fortalecidas pelo ideário neoliberal do Estado mínimo, da era Collor, já se sentiam menos rejeitadas como também, muitas delas, desejosas de sair de um “lugar comum” que associa filantropia a não honestidade das ações públicas.

Deixando transparecer um jogo de forças em que o setor filantrópico precisa mostrar que é o mais eficiente e digno, Sposati argumenta que a condição dos cidadãos está exposta, ou seja, os sujeitos necessitam mostrar que não têm nada e humildemente então ele poderá ter acesso aos benefícios, como na condição de estar sendo atendido por uma mera caridade, pelo fato de alguém ou ainda uma instituição ser caridosa, e não, por um direito seu como cidadão. Nesse sentido Sposati (1994, p. 09) expressa o desafio da Filantropia ligada à cidadania:

Este é o desafio: filantropia com cidadania supõe direito à seguridade social, com políticas de proteção universal. Esta nova forma de ação se contrapõe com a tradicional cultura da personalização, com a fragmentação das necessidades em indivíduos que, pela penúria, recebem uma benesse que rebaixa a qualidade e a quantidade da atenção a tal necessidade. Mas ainda, a relação que se põe entre o presumível cidadão e a filantropia tradicional é a gratidão e de dívida (pelo favor prestado) e não, da autonomia pelo direito conquistado.

O campo da cidadania exige: publicidade, acesso a informação, transparência das regras, de caráter público, isto é para todos, na condição de acesso a direitos; um grau de qualidade das práticas que garantam dignidade ética.

Faz-se necessária essa transparência de regras no que tange às Instituições Filantrópicas, pois é essa transparência ao acesso público que tornaria a inclusão das pessoas - até mesmo daquelas em situação de alta vulnerabilidade social - uma situação de risco social.

É necessário entender que as ações filantrópicas vêm sendo contestadas, reformuladas, discutidas em vários segmentos da sociedade, há anos. Nesse sentido, Sposati (1994, p. 55) afirma que

A manifestação de bondade das elites institucionalizando a benemerência foi via de regra, associada à prática da moralidade religiosa. A perspectiva do dever moral não produz direitos e não é reclamável nos tribunais. A continuidade em considerar a filantropia neste patamar se contrapõe à cidadania.

E isso se torna alvo de discussões políticas e sociais, no que se refere aos atendimentos à população vulnerável, ou seja, aqueles que mais necessitam de atendimentos com dignidade e respeito.

Assim, na contemporaneidade, a discussão se volta para o questionamento de como se dá a distribuição dos recursos públicos administrados pela iniciativa privada e para os benefícios que as instituições filantrópicas usufruem por tal certificado, como argumenta Sposati (1994, p. 55)

O reconhecimento estatal da condição de filantropia [...] atribui uma categoria especial que dá acesso aos benefícios que funcionam como “comendas” institucionais aparentemente honoríficas, mas que, de fato são “passaportes” burocráticos para acesso a benefícios estatais: imunidades, doações, cessões, subvenções e isenções.

Essa situação remete à reflexão sobre a Filantropia e sua função, sobre a aplicação de recursos pelas mesmas, na atualidade, e se essas aplicações se destinam a todos que necessitam, se todos têm acesso aos serviços prestados por essas instituições.

A gênese da Filantropia como um dever moral contrapõe-se e muito com o verdadeiro sentido de apenas se estar cumprindo uma obrigação por parte dos filantropos, uma troca de benefícios, ou seja, o Estado isenta as instituições de impostos, mas as mesmas devem repassar aos alunos condições de estudarem com gratuidade parcial ou total por um direito e isso não deve ser visto como benemerência, ajuda ou favor.

Tendo em vista a discussão feita, e com o objetivo de avançar no estudo de caso proposto, passaremos a apresentar, no capítulo seguinte, alguns aspectos necessários para a compreensão das políticas de inclusão educacional.

## CAPÍTULO 2

### AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO EDUCACIONAL NO BRASIL

As políticas públicas de educação têm sido, nos últimos tempos, alvo de debate e de reflexão. Elas geram possibilidades de o indivíduo ingressar e concluir o ensino superior e isso diz respeito, de modo especial àqueles pertencentes às camadas mais vulneráveis da sociedade. Nesse contexto, camadas vulneráveis são aquelas compostas pelos considerados desiguais, pelos excluídos ou por aqueles que estão em situação de vulnerabilidade social.

No Brasil, especialmente, nos últimos quatro anos, a educação tem sido objeto de trabalho do governo Federal, no que se refere a oferecer oportunidades de acesso ao ensino superior para alunos em situação de vulnerabilidade e risco social e as instituições privadas de ensino superior têm sido parceiras na inclusão desses alunos.

As possibilidades de inclusão no ensino superior por meio de políticas públicas são várias. As mais conhecidas são o FIES e o PROUNI. O primeiro é um financiamento, e o aluno terá de devolvê-lo aos cofres públicos após a conclusão do curso. O segundo, criado em 2005, é um programa para que os alunos, em situação de vulnerabilidade social, possam cursar a graduação com gratuidade parcial ou total, sem a necessidade de reembolso da quantia disponibilizada, após a conclusão do ensino superior.

Focalizando e explicitando a filantropia e o seu funcionamento, tema deste estudo, pode-se perceber que, desde os primórdios, esta vem sendo debatida, questionada e regulamentada no atendimento à camada da sociedade menos privilegiada, e, neste momento, é a que mais atende alunos vulneráveis socialmente.

Como está posto no capítulo I, deste trabalho, ela surge como uma ação de caridade de benemerência, mas, aos poucos, vai tornando-se um instrumento legalizado e passa a ter grande envolvimento público, haja vista que é um benefício administrado por órgãos privados, nesse caso, específico, pelas universidades privadas, mas de responsabilidade governamental.

Pode-se afirmar que a filantropia é uma das primeiras políticas de educação que surgiram, porém veio de forma não transparente, pela não socialização, pelo não entendimento da maioria da população e, por isso, não é tão conhecida e

conseqüentemente não solicitada. Com a chegada de um governo mais popular e com uma concepção de gratuidade na educação superior, foi dada uma publicização maior (conforme art. 13 da resolução nº 177, de 10 de agosto de 2000 e publicado no Diário Oficial no dia 24 de agosto de 2000).

Assim, a Filantropia deixa de ser uma política reservada<sup>4</sup> e passa a ter maior respaldo governamental, começando, então, a busca da sociedade por direitos adquiridos ao longo da história.

Na era Vargas, a educação começa a se destacar e a filantropia passa a ser regulamentada como política pública de educação e essas políticas educacionais vêm com o intuito de ser instrumento de inclusão para aqueles que estão à margem de uma desigualdade social. Para Afonso, as políticas educacionais estão interligadas aos processos de construção e à ampliação dos direitos.

...pensando, por exemplo, na função das políticas sociais no contexto das sociedades capitalistas democráticas, pode dizer-se que estas revelam muitos das diferentes e contraditórias facetas dos processos de construção e ampliação dos direitos sendo próprio conceito de cidadania. Assim se, por um lado, as políticas sociais e educacionais podem ser interpretadas como instrumentos do controle social e como formas de legitimação da ação do Estado e dos interesses das classes dominantes, por outro lado, também não deixam de poder ser vistas como estratégias de concretização e expansão de direitos sociais, econômicos e culturais, tendo, neste caso repercussões importantes (embora, por vezes, conjunturais) na melhoria das condições de vida dos trabalhadores e dos grupos sociais mais vulneráveis às lógicas da exploração e da acumulação capitalistas. As políticas sociais (e a conseqüente expansão de direitos de cidadania) foram, aliás, um dos pilares do chamado Estado-providência, que se caracterizou, sobretudo em alguns dos países capitalistas avançados e num contexto histórico particular, pela capacidade de gerir as contradições e tensões resultantes das exigências da legitimação democrática e da acumulação capitalista (2001, p. 22).

Na reflexão do autor, são dicotômicas as políticas sociais de educação, pois elas têm de forma sublimada um interesse explícito das classes dominantes, mas, em contrapartida, também beneficiam os mais necessitados, tornando-se, então, uma face dupla de modalidade assistencial. As políticas sociais favorecem o componente fundamental da vida do sujeito, ou seja, a sua condição de cidadão, de ter oportunidade, de ter a chance de chegar à realização do seu sonho.

Com a implantação e a aplicação de políticas sociais educacionais, começa a expansão dos direitos, no que tange à inclusão educacional e conseqüentemente

---

<sup>4</sup> Uso este termo para explicar que muitas pessoas não conhecem essa política de educação, pois não há ampla divulgação dessa opção de estudo as classes vulneráveis, embora haja previsão legal.

à melhoria de condições de quem está vulnerabilizado socialmente porque as classes dominantes são as privilegiadas.

Como reflete o autor citado, é na “acumulação capitalista” e na “lógica da exploração” que a classe dominante tem acesso à educação e, enquanto isso, os grupos vulneráveis dependem de políticas eficientes para o ingresso no universo acadêmico.

Não é de hoje que a temática política educacional tem expressão nos setores da sociedade, como consequência das práticas democráticas implantadas. De modo especial nesta última década, o Brasil e vários países da América Latina, além de reformas, implementaram políticas públicas efetivas de educação. No dizer de Rosar e Krawczk (2001, p. 33) tudo isto faz parte

de um processo de indução externa articulado com as políticas de organismos internacionais de empréstimos para os países da região. A necessidade dessas reformas foi justificada mediante a publicação de pesquisas, que evidenciaram os logros e deficiências do sistema educativo à luz dos condicionantes da reestruturação do setor produtivo e das mudanças institucionais, que alteram a estrutura do Estado e das relações sociais no âmbito de uma nova ordem mundial.

Neste contexto, portanto, há um cenário de globalização, em que se exigirá do Brasil e demais países da América Latina que façam as devidas implementações independente da conjuntura de desenvolvimento. De modo especial, esta adaptação deverá contemplar a “competitividade de seus mercados” (ROSAR E KRAWCZK, 2001, p. 34).

Rosar e Krawczk (2001) ainda salientam que, nesta ótica, torna-se imperativo

investir na formação de recursos humanos, de forma ampliada, atribuindo-se ao processo de produção e distribuição de conhecimentos a capacidade de aumentar a produtividade em setores, como se a educação se realizasse de forma autônoma e desvinculada das condicionantes políticos, econômicos e sociais.

A partir desta assertiva, o questionamento se torna pertinente: como implementar uma política educacional desvinculada, por exemplo, da questão econômica do país, sabendo-se que tudo passa pela questão econômica? Esta configuração, que precisa ser feita, é difícil de ser realizada. Como contemplar ou redirecionar os elementos de diferentes classes sociais, demandas de mercado, visão de desenvolvimento tendo como escopo um sistema educacional? E ainda

mais: como ter em vista o cumprimento dos requisitos para a melhoria da qualidade de ensino?

É dentro desta dinâmica que se dará o novo, no ponderar de Rosar e Krawczk (p. 35). Segundo eles, “as novas propostas impõem a substituição da função do Estado como provedor direto de bens e serviços e do controle centralizado do conjunto das atividades sociais em favor de funções de coordenação e regulação legal”.

Com isso, podemos perceber que são vários os processos que levam ao redirecionamento das políticas educacionais como meio de inclusão das classes que, de alguma forma, encontram-se em desvantagem ou desigualdade social. É no metamorfoseamento das expressões sociais que há a necessidade do implante de políticas educacionais.

Na descentralização dessa política educacional, encontra-se a possibilidade da implantação de políticas, conforme a realidade social de cada estado, país e localidade.

Sobre essa estrutura de políticas públicas e privadas, as autoras acima citadas expressam que:

As políticas educacionais de descentralização implementadas nos diferentes países nas últimas duas décadas constituem-se em elementos fundamentais do processo de reforma global do Estado na América Latina, que redefine as funções do Estado e privatiza as relações sociais no interior do sistema público de ensino, tornando complexo o quadro de institucionalização de estruturas públicas e privadas no âmbito da educação (idem, p. 39).

Nas últimas décadas, houve uma considerável implementação de universidades particulares/privadas, o que se agrega, de certa forma, à privatização do ensino superior e, conseqüentemente, à necessidade de financiamentos para que os alunos possam estudar. O debate sobre o financiamento do ensino superior no Brasil, tanto público como privado faz parte da pauta do dia, conforme Franco (2002, p. 01) argumenta:

Na década de 60, o País viveu o debate e a realidade dos excedentes de ensino superior traduzido pelo diminuto volume de vagas oferecidas e pela alta demanda de candidatos ao ensino de terceiro grau. Falava-se em demanda reprimida. Quarenta anos depois, constata-se sobra de vagas para o atual volume de concorrentes ao ensino superior.

Assim mesmo, o que se percebe é que é relativamente surpreendente o elevado deságua de concluintes de ensino médio, os quais, em vista do débil poder aquisitivo não preenchem as vagas oferecidas, seja pelo ensino ofertado pelo Estado, seja por aquele proporcionado pela iniciativa privada. É claro que a sobra de vagas no ensino oferecido pelo Estado é bem mais restrita do que a sobra de vagas no ensino superior particular. Neste, estamos chegando e quase ultrapassando a barreira do 1/3 de vagas ofertadas e não preenchidas.

Porém, esse exercício de “ajuda” remete à idéia de rompimento da desigualdade social. No entanto, essa prática assistencialista e clientelista minimiza o comprometimento do Estado para com a sociedade, uma vez que ele deixa essa lacuna para ser preenchida pela sociedade civil.

Quando nos deparamos com um quadro, em que sobram vagas em universidades privadas, nos remetemos a analisar que as políticas de inclusão no ensino superior estão deficientes, pois elas existem, e vem a pergunta: como a população não está sendo beneficiada por ela?

Contraditoriamente, enquanto abrem vagas nas universidades particulares, sobram também alunos que necessitam de políticas inclusivas, que possibilitem sua permanência nos cursos.

Ficam os questionamentos: há uma omissão governamental ao não acrescentar números de vagas em universidades estatais? E que vantagens tem o Estado com o elevado número de universidades privadas sendo implantadas no Brasil?

Para compreender o atual cenário do sistema de educação superior (público e privado), é necessário reconhecer as fases desta evolução. O sistema brasileiro é recente comparando com a América do Norte e Europa. A primeira instituição superior brasileira data do início do século XIX, o desenvolvimento e a organização universitária ocorreram na década de 1930 e a pesquisa começa a se consolidar a partir da reforma de 1968.

Desde a criação, o sistema brasileiro de ensino superior é dependente do governo central e isto se reflete nas políticas públicas dele emanadas. No dizer de Morosini e Franco (2000, p. 01), “nas últimas décadas as políticas públicas de educação superior têm sido direcionadas para transformações, indicativas da transposição de um sistema de elite para um sistema de educação de massa”. Os documentos oficiais brasileiros, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e legislação complementar dão o indicativo de que esta passagem se dá na segunda

metade do século XX. Também neste contexto se mostra o movimento de interiorização de cursos profissionalizantes, instituições, vagas e número de alunos na faixa dos 18 – 24 anos. Afirmam os mesmos autores (2000, p. 01) que esta estratégia “segue tendências internacionais que estão vinculadas às políticas e modelos econômicos adotados”.

Conforme expressam os mesmos autores (2000, p. 01), a expansão do ensino superior no Brasil teve três fases. A importância desta constatação se faz sentir porque nossa pesquisa se insere neste contexto.

Primeira fase: a expansão das IES e a estratégia da interiorização com a criação de instituições fora dos grandes centros e concomitante o aumento de vagas nas capitais. No dizer dos pensadores gaúchos (2000, p. 01), isso se deve “ao atendimento de pressões de comunidades pela abertura de novos cursos e oportunidades de frequência em cursos noturnos”.

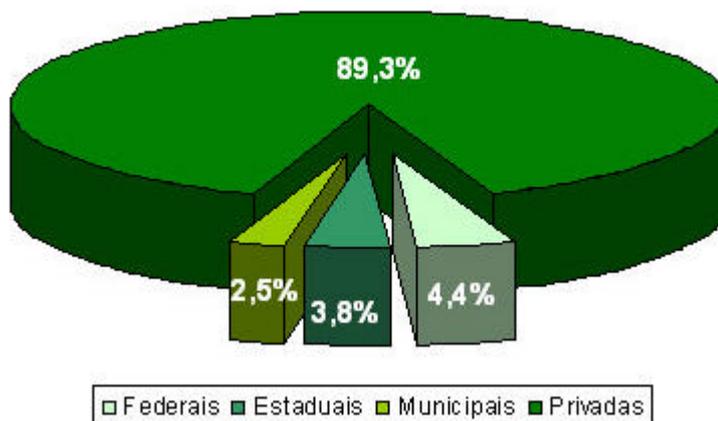
Segunda fase: entre a década de 1980 e 1990. Neste período, houve a expansão da pós-graduação, tanto no sentido lato, como mestrado, doutorado e programas de pós-doutorado. É neste período que se dá a gestação da perspectiva da “educação continuada”.

Terceira fase: de 1995 a 2002, a educação continuada se consolida. As políticas privilegiam a expansão de graduação e do sistema de pós-graduação. A maioria dos cursos do Centro Universitário Franciscano, objeto do nosso estudo, despontam neste período. E no dizer dos nossos pensadores (2000, p. 02) “a expansão é oriunda das exigências de mercado, das pressões da sociedade do conhecimento num mundo internacionalizado e especialmente dos novos interlocutores.”

Ainda conforme previsão da Lei 10.172, de 02 de janeiro de 2001 a expansão prevista no ensino superior é de 30% na faixa dos 18 - 24 anos. Na transposição para o ano 2000, este percentual era de 11%. No Rio Grande do Sul, o percentual era de 13%. Por isto a previsão para o ano 2004 era de 3 milhões de estudantes, sendo que, no ano de 2000, eram 2 milhões de estudantes (<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/default.asp>). Desses, 44,5 % em cidades do interior do país e 66,7 % em instituições privadas, de um total de 922 IES. Os dados do Cadastro da Educação Superior, atualizados para 2007, revelam que já existem no Brasil 2.398 Instituições de Educação Superior (IES) com

autorização de funcionamento. Deste total, 89,3% (2.141) são privadas. Entre as públicas, 4,4% (105) são Federais, 3,8% (92) estaduais e 2,5% (60) municipais.<sup>5</sup>

**IES, por Categoria Administrativa: Brasil**



A Lei Nº 10.172 de 2 de janeiro de 2001 prevê também a superação do modelo único (universidade de pesquisa) e, por isso, se define o apoio por organizações de aprendizagem como os Centros Universitários e as Instituições Isoladas. Os Centros serão de ensino de excelência e as isoladas vão concentrar um conjunto de escolas em diferentes áreas de conhecimento que oferecem ensino e podem desenvolver pesquisa.

Acerca da descentralização da política educacional, pondera Rosar apud Slater (1996, p. 42) que:

A descentralização e a democratização ganham novo sentido no cenário de um Estado de Bem-Estar desconstruído, em que as forças de mercado ganham papel preponderante e os indivíduos passam a ser responsabilizados pela sua competência ou não de competir e garantir os recursos para sua sobrevivência. A impossibilidade de alcançar essa garantia faz emergir o indivíduo reconhecido como “necessitado”, que se tornará alvo de ações de instituições diversas que em âmbito local mediarão a relação entre o Estado e essa categoria dos “necessitados”, em que se combinam práticas tecnocráticas eficientes com práticas clientelistas tradicionais.

Todo o debate em torno das políticas educacionais tem como objeto principal a inclusão de quem está vulnerabilizado, porém o que se percebe é que essa relação entre o Estado e os que necessitam desse atendimento não está em sintonia, nem na universidade estatal, e nem nas privadas que administram as verbas públicas.

2. [www.inep.gov.br/informativo/2007/ed\\_143.htm](http://www.inep.gov.br/informativo/2007/ed_143.htm). Acessado em 22 de julho de 2007. As informações atualizadas do cadastro da Educação Superior também demonstram que no total de 2.398 IES existentes no país, 84,9% (2.036) são Faculdades. Já as Universidades são 177 (7,4%) e os Centros Universitários, 185 (7,7%).

Sobre a dicotomia do público e o privado, no que se refere à inclusão ao ensino superior, Morosini e Franco (2000, p.03) argumentam que

O Estado financia alguns programas mencionados, mas as políticas indicam uma redução de seu papel no financiamento da Educação Superior – o que fomenta o desenvolvimento de IES privadas. As matrículas na Graduação das IES estatais não têm tido uma evolução compatível com as IES privadas, em franca expansão. Entretanto o Estado, enquanto governo constituído, na transposição nos últimos anos da década de 1990 para os anos iniciais de 2000 não abriu mão da sua onipresença, tendo mudado a estratégia de controle: a medição do produto ao invés do acompanhamento do processo.

No que tange às formas de financiamento do ensino superior em instituições privadas é pertinente a crítica do professor gaúcho Jaime Giolo ([www.inep.gov.br/institucional/estrutura.htm](http://www.inep.gov.br/institucional/estrutura.htm)):

“apesar da opção brasileira pela ampliação do sistema de ensino superior através da iniciativa privada, foram minúsculas as preocupações e, sobretudo, as ações do estado no sentido de socorrer os estudantes que têm somente essa alternativa de acesso a uma faculdade. Mal pensados e mal estruturados, os sucessivos programas de crédito educativo tiveram vida curta e resultados contraditórios: se, por um lado, proporcionaram a muitos alunos a aquisição de um diploma superior, por outro, enquadraram milhares de jovens na condição de inadimplentes. O modelo tem de ser revisto, em função de uma verdadeira e ampla política de financiamento do estudante das instituições de ensino superior privadas, cobrando, em retribuição, de cada aluno, em vez de dinheiro, o engajamento em projetos sociais relevantes”

Neste conjunto de idéias, temos o Estado que fomenta a ação, a competitividade, a sobrevivência das organizações e, principalmente controla, por meio de um eficiente sistema de avaliação quem pode permanecer no mercado, e isto se dá com os credenciamentos ou não, com o reconhecimento ou não e, principalmente com a implementação de novos cursos ou não. No que tange ao controle, temos principalmente o exame nacional, o censo educacional e os resultados da avaliação dos cursos de pós-graduação.

Percebe-se, que já quase no final da primeira década do ano 2000, a dicotomia público/privado acentua-se cada vez mais. Há toda uma forma de controlar as iniciativas das IES privadas (no nosso caso o que se refere à filantropia), mas o surgimento efetivo de novas vagas em áreas públicas tem sido um tanto quanto tímidas. Dessa forma, revela-se correta a pontuação dos autores acima citados quando argumentam que a presença efetiva do Estado na abertura de novas vagas tem acompanhado o mesmo ritmo das privadas.

Para dar conta do tema dessa pesquisa que investiga a forma de inclusão educacional pela filantropia, realizaram-se leituras e pesquisas, a fim de poder constatar se a filantropia é uma das primeiras políticas públicas de educação.

Argumenta Mestriner (2001, p.56) que é com a criação do CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social), Decreto nº 525 de 1º /07/1938, que teve a “grande regulamentação da Assistência Social no País. Ainda acrescenta (idem, p. 57) que o objetivo era:

difundir a idéia de um órgão nacional de controle das ações da assistência social que associe iniciativas públicas e privadas, rompendo o espontaneísmo da assistência esmolada e introduzindo uma organização racional e um saber no processo de ajuda.

Com o rompimento da ajuda esmolada, consolidou-se um benefício governamental com o qual o indivíduo assegura o direito de igualdade, através da sua inserção no mundo universitário. Essa modalidade começa a tomar forma a partir da regulamentação da filantropia como uma política pública de inclusão educacional.

Sposati (1991, p.55) faz uma crítica quanto à perda que o estado tem frente ao consentimento do certificado de instituição filantrópica para as instituições que o solicitam. Para o autor,

O reconhecimento estatal da condição de Filantropia [...] atribui uma categoria especial que dá acesso aos benefícios que funcionam como “comendas” institucionais aparentemente honoríficas, mas que, de fato, são “passaportes” burocráticos para acesso a benefícios estatais, imunidades, doações cessões, subvenções e isenções. As associações filantrópicas um custo para o Estado embora não o aparente.

Isso nos possibilita refletir se essa terceirização da administração do dinheiro público reverte em dificuldades para a inclusão do sujeito no ensino superior através das instituições filantrópicas de educação.

Como se viu anteriormente, cresce o número de universidades privadas, mas, paralelo a esse crescimento, tem-se a sobra de vagas, talvez pela burocracia e pelas dificuldades encontradas na aquisição do benefício, levando em consideração que, muitas vezes, a sociedade mais vulnerabilizada não tem acesso às informações necessárias ao ingresso no ensino superior privado.

E essa oneração que o Estado tem reflete no grande número de jovens sem condições de freqüentar as IES. Isso porque, com as isenções e imunidade, o Estado deixa de recolher significativo valor para aplicação no ensino estatal.

Nesta dicotomia do ensino público vs privado, percebe-se que, mesmo dentro da IES – Filantrópica, há alunos que são beneficiados por outros tipos de bolsas e ou financiamentos (ambos vindo de projetos governamentais).

No Centro Universitário Franciscano, objeto de estudo deste trabalho, no ano de 2006, constatou-se que 251 alunos foram beneficiados com o financiamento (FIES), 77 foram beneficiados pelo financiamento da APLUB, 169 alunos por bolsas/projetos internos da instituição (PROADIS, PROBIC, PROBEX), 205 alunos foram beneficiados pelo PROUNI (Programa do governo federal), ao passo que pela Filantropia foram beneficiados 2.582 alunos com assistência educacional modalidade parcial e 72 com assistência educacional total.

Somando esses valores, constata-se que, na referida instituição, é a Filantropia que mais inclui alunos no ensino superior. Mas, mesmo diante desta constatação positiva, observa-se que muitos estudantes precisam recorrer a outras formas de financiamento, mesmo sabedores que estes programas normalmente exigem ressarcimento futuro. Impõe-se dizer finalmente que a filantropia, portanto, deve ser mantida como política de inclusão a quem dela efetivamente precisar conforme dispositivo constitucional (art. 203, CF 1988).

Os componentes aqui analisados nos permitem compreender que as bolsas, advindas da obrigatoriedade que as instituições filantrópicas têm de destinar aos alunos, e os dispositivos constitucionais são importantes para abranger alunos que deles necessitam. A pergunta que norteará a próxima seção é: Isso representa que tal obrigatoriedade substitui uma política pública de inclusão educacional?

É o que se pretende discutir no estudo de caso no capítulo que será apresentado na seqüência.

## CAPÍTULO 3

### PESQUISA E RESULTADOS

#### 3.1 Contexto da pesquisa

A pesquisa foi realizada no Centro Universitário Franciscano – Localizado em Santa Maria, região central do Estado. A Instituição tem como mantenedora a Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis, cuja fundação deu-se em São Leopoldo (RS), em 1903. Em São Leopoldo, as Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã desenvolviam trabalhos educativos desde 1872.

A congregação foi fundada no ano de 1835 na Alemanha, mas “conflitos ideológicos entre Estado e Igreja desencadearam perseguições a pessoas e a entidades religiosas que atuam na educação e no ensino” (RUPOLO, 2001, p.6). Sobre essas perseguições, Rupolo explica que, no governo Bismark, o grau de perseguição aumentou, e as irmãs Franciscanas não puderam continuar com suas atividades nas escolas e, então, vieram para o Brasil, iniciando o trabalho delas na cidade de São Leopoldo. Segundo Rupolo,

A imigração alemã iniciou em 1824. As cidades de São Leopoldo e Novo Hamburgo foram indicadas para o início dessa colonização. No entanto, a população não tinha assistência religiosa, o que resultou na organização das católicas alemãs para a reivindicação nesse sentido (2006, p. 9).

Esse marco histórico nos leva à compreensão do processo histórico que permeia a congregação e, de certa forma, a Instituição, a qual para seu crescimento, enfrentou desafios, perseguições e preconceitos.

Vê-se, então, que a implantação da educação franciscana no Brasil tem como marco o grande desafio em prol de um trabalho justo e igualitário. Rupolo (2001, p.11) explica que é na “proclamação da República do Brasil”, que se fragmenta a relação Igreja e Estado, passando então a “organização das Irmãs Franciscanas, à entidade jurídica.

Neste processo de tornar-se entidade jurídica e com o aumento da população e conseqüente aumento de tarefas e demandas a serem atendidas, as entidades jurídicas desmembram-se em duas, sendo a Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis (SCALIFRA) – Zona Central com sede em São

Leopoldo e a outra SCALIFRA – ZN com sede em Santa Maria, à qual pertence o Centro Universitário Franciscano.

A mantenedora tem a educação como primeira finalidade e atua no ensino primário, secundário e universitário. Entre os seus princípios, está a filosofia franciscana e, da mesma maneira que São Francisco, empenha-se na afirmação e defesa da dignidade humana, do respeito à vida e à preservação do meio ambiente. Esse princípio busca atender à Filosofia Franciscana que surge no período medieval e se desenvolve.

Segundo Barin (apud MERINO 2006, p.40), a filosofia franciscana “ocupa-se do ser humano, embora se sirva das coisas e das idéias como meio de obter maior clareza sobre o ser humano e o sentido de sua existência”.

Essa reflexão nos mostra o quanto o ser humano e sua existência são importantes para a vida em sociedade/comunidade, pois como acrescenta a mesma autora (p.41), “trata-se de uma experiência pessoal comunitária”, e que tem, na sua gênese, “temas fundamentais como Deus, ser humano, mundo, vida e sociedade”.

Neste contexto, a atual proposta educacional da Instituição tem em vista o desenvolvimento científico, cultural e social e, dessa forma, visa contribuir para a formação da individualidade, mas sem perder de vista o exercício da cidadania.

O ensino universitário tem seu nascedouro no dia 19 de dezembro de 1953 quando a mantenedora assume por solicitação da Associação Pró-Ensino Superior de Santa Maria a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. É um marco para a cidade e região. Através do parecer 40/45 do MEC (Ministério de Educação e cultura), o primeiro processo seletivo é autorizado em 21 de março de 1955. No dia 31 de março do mesmo ano, sai o decreto presidencial autorizando o funcionamento da faculdade com os cursos de Pedagogia, Letras e, na seqüência, ainda é criado o curso de Enfermagem.

Em 1995, há um marco significativo, ou seja, com a portaria nº 1402 é criada a FAFRA – Faculdades Franciscanas. Neste período há uma fase de crescimento pelo aumento de cursos de graduação e de pós-graduação, ampliação do espaço físico e do acervo bibliográfico, dos laboratórios e do plano de carreira para docentes. Toda esta evolução culmina com a transformação das Faculdades Franciscana em Centro Universitário pelo decreto presidencial datado em 30 de setembro de 1998.

Atualmente a instituição tem 33 cursos de graduação com aproximadamente 6.000 alunos. Da mesma forma, há opção de mais de 30 cursos de pós graduação lato sensu. Mais de 260 alunos freqüentam estes cursos. Também há opção por três mestrados stricto sensu, atualmente freqüentado por mais de 30 alunos no total dos três cursos oferecidos. Para atender o corpo discente, a universidade tem aproximadamente 350 professores.

Os estudantes têm as seguintes opções em vista do pagamento da prestação de serviços educacionais:

a) **FIES** – Fundo de Assistência Financeira ao Estudante de Ensino Superior. Este programa é oferecido pelo Governo Federal, que financia até 50% do valor dos encargos educacionais do estudante. O percentual da parcela não financiada será pago pelo estudante diretamente à UNIFRA.

A renovação do contrato é feita semestralmente e ocorre geralmente em janeiro (para o 1º semestre) e julho (para o 2º semestre), sendo de responsabilidade do estudante beneficiado obter informações quanto ao período de renovação de contrato. O estudante que for beneficiado por este financiamento não fará reajuste de matrícula (nos períodos indicados no calendário acadêmico). Em 2006, através do financiamento estudantil, 251 alunos foram contemplados.

b) **FUNDAPLUB** - O Centro Universitário Franciscano mantém convênio com a Fundação Aclub a fim de oferecer aos estudantes mais uma possibilidade para pagamento dos encargos educacionais. Esse convênio é oferecido a partir do 2º semestre do curso e financia 50% do valor dos encargos educacionais nos meses de fevereiro a junho (1º semestre) e de agosto a dezembro (2º semestre). O percentual da parcela não financiada será pago pelo estudante diretamente à Instituição, observando que, nos meses de janeiro (1º semestre) e julho (2º semestre), não há financiamento, ou seja, o acadêmico fará o pagamento integral das parcelas desses meses.

É necessário a apresentação de um fiador com uma renda mínima de 10 (dez) salários mínimos mensais. A renovação do contrato é feita semestralmente. O financiamento da FUNDAPLUB terá validade a partir da assinatura do contrato, não sendo, portanto, retroativo. Nesta modalidade de bolsas 77 alunos foram contemplados.

c) **PROUNI** - O Programa Universidade para Todos (PROUNI) foi criado pelo Ministério da Educação (MEC), segundo a Lei. n.º1.096 de 13.01.2005. O Centro

Universitário Franciscano aderiu ao PROUNI disponibilizando vagas nos cursos de graduação.

Nessa modalidade de ingresso ao ensino superior com benefício aos alunos em situação de vulnerabilidade social está assim distribuída:

No ano de 2005, a instituição teve 107 alunos que estudaram com essa modalidade de assistência educacional, ao passo que, em 2006, houve um crescimento e 205 alunos estudaram pela modalidade do PROUNI.

d) **Programa de Bolsa de Iniciação Científica:** são 3 (três) modalidades de bolsa que o acadêmico da graduação tem para financiamento aliando ao estudo a monitoria, pesquisa e aperfeiçoamento. Nesta modalidade de bolsa, no ano de 2006, foram contemplados 269 alunos.

Para melhor entendimento dessas modalidades de bolsas, segue o conceito de cada uma abaixo:

Vale salientar que, nessa modalidade, o aluno bolsista recebe uma bolsa de estudos no valor de noventa e cinco reais, dedutíveis na mensalidade, por um período de oito meses.

**PROADIS – O Programa de Aprimoramento Discente** tem como objetivos criar oportunidades de complementação acadêmica aos alunos da graduação e propiciar práticas coletivas de trabalho por meio do desenvolvimento de projetos de estudos em grupo ao longo do curso. Nos grupos, atuam de quatro a sete alunos que recebem bolsas para realizarem estudos específicos até a conclusão do curso de graduação. No ano de 2006, 75 alunos fizeram parte dessa modalidade de bolsa de estudo.

**PROBIC – Os objetivos do Programa de Bolsas de Iniciação Científica** são:

a) proporcionar aos alunos do Centro Universitário Franciscano a iniciação científica sob a orientação de um professor pesquisador; b) incentivar a produção científica no Centro Universitário Franciscano. O PROBIC destina-se a alunos, regularmente matriculados, nos Cursos de Graduação do Centro Universitário Franciscano. Ao Bolsista compete apresentar o trabalho resultante do PROBIC no Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão do centro Universitário Franciscano (SEPE), do ano

correspondente à concessão da bolsa. Por essa modalidade de bolsa no ano de 2006, 120 alunos foram beneficiados.

**PROBEX** - objetivo do **Programa de Bolsas de Extensão** é oportunizar aos alunos de graduação do Centro Universitário Franciscano as condições necessárias para aplicar os conhecimentos acadêmicos em atividades extensionistas, junto à comunidade e o conseqüente retorno desses conhecimentos, re-elaborados a partir dos problemas e soluções encontradas na prática. Assim foram distribuídas essas modalidades de bolsas em 2006, onde 74 alunos obtiveram esse tipo de auxílio.

e) **Bolsa da Filantropia**: é a bolsa objeto desta pesquisa. Por isso ela será fruto da nossa investigação, tais como a visão da instituição (administração) e acadêmicos da graduação em formação sobre ela. Num universo de aproximadamente 6.000 universitários, em 2006, 2654 alunos foram beneficiados pela filantropia, sendo que 2.582 tiveram assistência educacional parciais e 72 assistência educacional integral. Nos cursos de pós-graduação, foram beneficiados 4 alunos com assistência educacional parcial. Nos últimos 5 anos, 12.916 alunos estudaram com benefício de assistência educacional parcial e 1666 alunos com benefício de assistência educacional total.

Já nos cursos de Pós-Graduação, 136 alunos tiveram concessão parcial de benefício de assistência educacional, e 18 alunos tiveram benefício de assistência educacional total. Desde 2004, nenhum aluno de Pós-graduação teve benefício integral. Para melhor compreensão segue o quadro abaixo:

#### **RESUMO DA ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL PARCIAL E TOTAL EVOLUÇÃO NOS ÚLTIMOS 5 ANOS**

<b>ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL PARCIAL</b>					
<b>Nível de Ensino</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Graduação	1502	2760	*3222	2850	2582
Pós-Graduação	27	32	32	41	4

Quadro 1 – Alunos com Assistência Educacional Parcial.

\* Nesse ano, houve um aumento no número de alunos contemplados pelo fato de que, na totalidade, a mantenedora tem de aplicar, no mínimo, 20% de sua renda bruta em benefícios educacionais.

Como as outras unidades mantidas pela mantenedora não conseguiram ao todo aplicar os 20% , o Centro Universitário Franciscano aumentou o número de alunos atendidos pela filantropia para o fechamento do percentual mínimo estipulado.

<b>ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL TOTAL</b>					
<b>Nível de Ensino</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Graduação	675	536	41	137	72
Pós-Graduação	4	14	-	-	-

Quadro 2 – Alunos com Assistência Educacional Total.

Relatos da Pró - Reitora de administração da instituição explicam que, desde o surgimento da instituição, elas trabalham com a Filantropia.

No ano de 2004, a mantenedora contratou uma funcionária leiga formada em Serviço Social para trabalhar na Mantenedora, incluindo a Unifra (Centro Universitário Franciscano).

Consta na Portaria 123/2004, de 08/11/2004 que quatro pessoas, sendo dois funcionários da Instituição uma religiosa e a Assistente social da SCALIFRA-ZN, fazem parte da comissão que avalia as fichas socioeconômicas.

Para a seleção dos alunos que solicitam o benefício de assistência educacional – Filantropia, a comissão avaliadora baseia-se no DECRETO Nº2536/98. Esse apregoa que a “Concessão do Certificado de entidade de Fins Filantrópicos pelo Conselho Nacional de Assistência Social, no seu artigo 2º, considera a entidade beneficente de assistência social, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e que atue no que tange o artigo 2º, inciso IV“ promover, gratuitamente, assistência educacional ou de saúde”, tendo como critério fundante o aluno, cuja família esteja em situação de vulnerabilidade social.

No PARECER/CJ/ 2414/2001, encontramos que

São considerados como aplicação em gratuidade os serviços, prestações ou benefícios de assistência social beneficente concedidos “a quem dela necessitar” (art. 203, CF/88) para o atendimento de suas “necessidades básicas”

Por isso, faz-se necessária uma avaliação da situação econômica do aluno, a fim de verificar se este realmente apresenta necessidade.

<sup>6</sup>O candidato que atender aos requisitos e às condições estabelecidas para inscrição, será pré-selecionado segundo o **IC** (Índice de Classificação) obtido mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$${}^7\text{IC} = (\text{RB} \times \text{M} \times \text{DG} \times \text{NG}) \div \text{GF}$$

RB = Renda Bruta mensal do GRUPO FAMILIAR.

M = Moradia do Grupo Familiar:

- Própria. M = 1;

- Alugada ou financiada. M = 0,75;

DG = Doença Grave e/ou portadores de deficiência no Grupo Familiar.

- Existe no grupo familiar. DG = 0,8;

- Não existe no grupo familiar. DG = 1.

NG = Outro membro do grupo familiar estuda em instituição de ensino privada.

- Somente o estudante cursa graduação em instituição privada. NG = 1;

- Outro membro do GRUPO FAMILIAR estuda em Instituição Privada. NG = 0,8.

GF = Grupo Familiar (número de integrantes no grupo familiar, incluindo o candidato).

Com base nesse dispositivo legal e no cumprimento dos 20% sobre a receita bruta da instituição, procura-se trabalhar com essa modalidade de atendimentos aos alunos que solicitam esse benefício.

<b>Ano</b>	<b>Ass. Educacional Total</b>	<b>Ass. Educacional Parcial</b>	<b>Total da Ass. Educacional</b>
2002	8.36%	9.52%	17.88%
2003	3.64%	13.97%	17.61%
2004	0.57%	16.99%	17.55%
2005	2.56%	15.87%	18.43%
2006	4.31%	13.87%	18.17%

Quadro 3 – Evolução Assistência Educacional do Centro Universitário Franciscano – UNIFRA

<sup>6</sup> Este é o índice de classificação, utilizado pela instituição na avaliação da ficha socioeconômica, modelo este criado pela própria instituição com base no cálculo utilizado também pelo FIES.

<sup>7</sup> Tabela utilizada pelo Centro Universitário Franciscano.

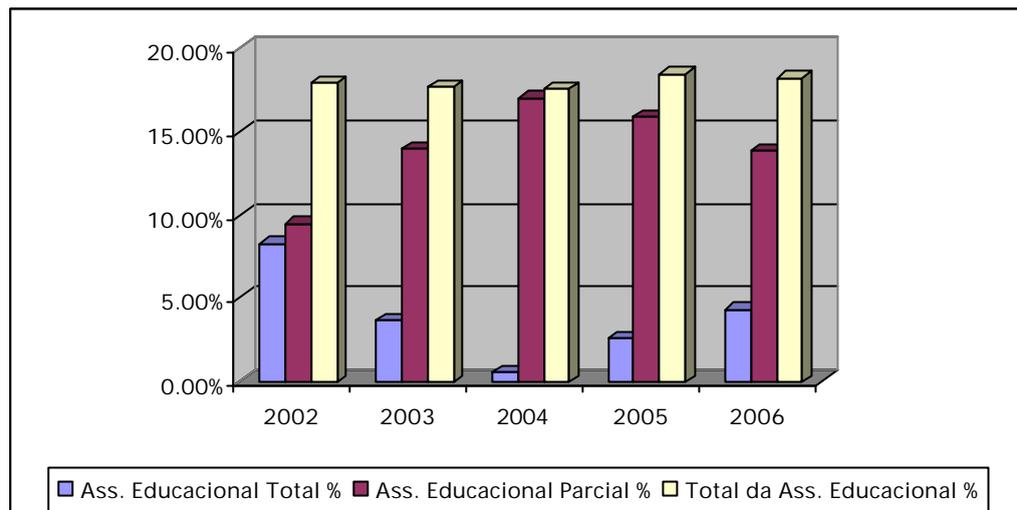


Figura 1 – Gráfico Geral da Assistência Educacional.

A origem da Instituição que vem de cunho religioso e caritativo, atende a demanda hoje em cumprimento aos dispositivos legais e não meramente caridosos e beneficentes.

Godbout (1999), ao discorrer sobre o Espírito da Dádiva, faz uma reflexão sobre a doação livre e gratuita de sangue, que se dá pela troca da vida de uma pessoa. Nessa reflexão, ele ordena quanto ao Estado e sua dádiva, as doações e caridades.

[...] A gênese do Estado moderno constitui em passar “da dádiva ao imposto”, repetindo a frase de Alain Guéry (1983). Mas uma dádiva “imposta” não é uma dádiva. E o Estado previdenciário prolongou essa tendência ao substituir sistemas de dádiva (doações de caridade ou doações pessoais) pela seguridade social, passando de um sistema de dádiva para um sistema de direitos. Todos os recursos que entram no circuito público nele chegam por uma imposição, uma obrigação (em parte livremente consentida no caso dos regimes democráticos, onde a representação precede a tributação, para citar a fórmula célebre); é exatamente o contrário de uma dádiva voluntária.

Nessa trajetória do “dar” por benemerência, dádiva divina, mesclam-se as legislações e intervenções do Estado, perdendo assim o cunho apenas por divindade, pois a dádiva como expressa o autor não pode ser imposta e no momento que se trabalha concomitante ao Estado, a ação da dádiva deixa de existir.

Nas instituições Filantrópicas, o Estado intervém e termina o cunho caritativo. Doações sofrem passagem de boa ação para respostas que o Estado impõe para as concessões e vantagens fiscais.

Pelo que se percebe, no Centro universitário Franciscano sempre houve as ações Filantrópicas, porém nunca foram muito divulgadas. Nos relatos, as pessoas expõem que nunca ouviram falar nesses benefícios, ou que pensavam ser benefícios ofertados pelas irmãs.

Quando o governo começa a falar em Universidades para Todos, percebe-se o aumento do número de alunos à procura de informações sobre esse direito, seja em relação ao PROUNI, seja em relação ao benefício educacional pela Filantropia.

A Filantropia na atualidade tem o caráter de mediação entre o aluno que está em situação de vulnerabilidade social e a instituição que possui o certificado junto ao CNAS(Conselho Nacional de Assistência Social) como instituição Filantrópica de Assistência Educacional.

Embora se trate de instituição particular, a Instituição não tem autonomia para trabalhar com a redução dessa desigualdade por seus próprios critérios e sim com um sistema que diz se o sujeito está apto a ser destinatário de tal benefício. Sua autonomia está associada ao que está previsto pela legislação em vigor. Vale ressaltar que, na atualidade, o Centro Universitário Franciscano, além dos parâmetros do FIES, também usa os parâmetros do PROUNI, para o trabalho com a Filantropia.

Fazendo um paralelo entre o PROUNI e a Filantropia, pode-se dizer que, na segunda opção, a Instituição é mais flexível, dando praticamente três opções para o aluno ter esse benefício. São eles: a análise da documentação, a entrevista com a Assistente Social e ainda, se necessária, a realização da visita domiciliar. Já a oportunidade do estudante ter gratuidade pelo PROUNI fica apenas na avaliação documental e o resultado da prova que o aluno é obrigado a realizar.

Não há na Instituição pesquisada o número exato de alunos que solicitam benefício educacional, pois fica apenas o registro dos alunos que têm seus pedidos deferidos. Esse levantamento está sendo realizado no ano de 2007, pois a comissão julga esses dados necessários para melhor avaliação do setor do Serviço Social.

Também não há registros do número de alunos que tenham desistido do auxílio por não estarem mais necessitando do mesmo. Em contrapartida, os casos de alunos que pedem revisão de cálculos, em virtude de sua situação econômica, são vários.

Dos cursos oferecidos pela Instituição no ano de 2006, o que apresenta mais alunos beneficiados pela filantropia é o curso de Pedagogia, com 380 alunos

filantrópicos, normalmente alunos que trabalham em creches e escolas. Enfermagem é outro curso que apresenta grande demanda tendo no referido ano 224 alunos, dos quais a maioria trabalha como auxiliar técnico em enfermagem. Também o curso de Ciências Contábeis é bastante procurado e a maioria dos alunos trabalha em escritórios como auxiliar técnico.

Vale acrescentar que a maioria dos alunos vive com baixa renda, não ultrapassando três salários mínimos *percapita*.

O curso de filosofia conta com 6 alunos filantrópicos e o de Química com 9, sendo os cursos com menor número de alunos com assistência educacional, visto que são cursos com menos números de alunos matriculados.

Atualmente a instituição não delimita o número de alunos contemplados pela Filantropia por cursos e sim pela necessidade apresentada pelos alunos.

### **3. 2 Métodos e procedimentos de pesquisa**

O trabalho apresentado caracteriza-se pela realização de abordagens quantitativa e qualitativa complementares, em termo de um estudo de caso.

A abordagem quantitativa buscou caracterizar indicadores socioeconômicos e de opinião dos alunos da instituição que se inseriram no programa de assistência educacional pela Filantropia.

Já a abordagem qualitativa visou aprofundar questionamentos que se desdobravam daquela primeira abordagem. Isso porque, segundo Minayo (2002, p.21),

a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Ainda sobre esse método de pesquisa, Bauer e Gaskell (2004, p. 68) explicam que a “finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas, ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão”.

Este método e esse tipo de pesquisa foram escolhidos, nessa pesquisa, por possibilitarem maiores informações sobre um tema que, de certa forma, precisa ter

um estudo de caráter exploratório para uma maior possibilidade de compreensão da realidade que permeia o objeto deste estudo. E isso é possível pelo fato de serem exploradas as diferentes opiniões sobre as questões em debate.

Cervo e Bervian (1996, p.46) expressam a da pesquisa qualitativa, no que se refere ao conhecimento. Segundo os autores, esse tipo de pesquisa é

A possibilidade de conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas.

Nesse aprofundar do conhecimento da vida social, política e econômica, torna-se mais complexo o entendimento que permeia o macrocomportamento das sociedades complexas.

Sobre o envolvimento no objeto de estudo das ciências sociais Minayo (2002, p.13) defende que

[...] é necessário dizer que o objeto de estudo das ciências sociais possui consciência histórica. Noutras palavras, não é apenas o investigador que dá sentido a seu trabalho intelectual, mas os seres humanos, os grupos e as sociedades dão significado e intencionalidade as suas ações construções, na medida em que as estruturas sociais nada mais são que ações objetivadas. O nível de consciência histórica das Ciências Sociais está referenciado ao nível de consciência histórica social.

O pensamento dessa concepção é expresso no desenvolvimento de toda a pesquisa, principalmente quando se passa da historicidade aos conceitos contemporâneos.

A fim de explicitar a importância da utilização do estudo de caso, faz-se uso das palavras de Yin (2005, p.19). Para o autor, o estudo de caso,

Em geral, representa a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “porque”, quando o pesquisador tem pouco controle e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real.

No direcionamento da pesquisa, principalmente no que tange às entrevistas, deparou-se com histórias da vida real, vivenciadas, diariamente, dentro da instituição estudada.

Ainda sobre estudo de caso, Pereira (apud ROESE, 1999, p.193) explica que "o estudo de caso é uma técnica voltada preferencialmente para instituições e movimentos sociais". Essa afirmação vem ao encontro do trabalho apresentado, visto que o processo se deu com foco em uma instituição filantrópica de educação.

Vale ressaltar que esse resgate histórico da instituição reuniu dados para uma avaliação do início do seu surgimento até dados contemporâneos.

Outro fato relevante para o desenvolvimento deste trabalho se deu quanto a minha trajetória acadêmica e profissional junto à Mantenedora SCALIFRA\_ZN. Como acadêmica, fui aluna filantrópica, e com a concessão do benefício educacional, concluí o curso de graduação na instituição pesquisada. Após a colação de grau, participei de uma seleção para o cargo de Assistente Social junto à SCALIFRA\_ZN, mantenedora da qual o Centro Universitário Franciscano faz parte como unidade.

Nesse momento de atuação profissional, pude visualizar, com maior clareza, o empenho dos alunos que procuram seus direitos, em conseguir a gratuidade para cursar e concluir o ensino superior através do benefício da filantropia. Como antes não havia o atendimento do Serviço Social aos educandos, algumas adaptações, que duraram cerca de um ano, foram necessárias em relação ao espaço físico adequado ao atendimento aos alunos, à formação de uma equipe preparada para o atendimento e, também, em relação ao trabalho frente à legislação e às normas institucionais. Essa adaptação foi decisiva tanto para melhorar o atendimento aos alunos, como também para organizar o trabalho.

Nessa atuação, como Assistente Social, trabalhando diretamente com acadêmicos e com os gestores da instituição, percebi a importância de um aprofundamento sobre a temática filantropia, visto ser essa política que mais inclui alunos com baixa renda na referida instituição.

Nas entrevistas com os alunos e com os gestores da instituição, foram aplicadas questões pertinentes ao cotidiano e ao entendimento do aluno sobre filantropia, assim como a atuação e a execução dos gestores frente ao trabalho com essa política de educação.

Nessa perspectiva, a entrevista foi uma forma de melhor compreensão dessa opção de inclusão educacional.

Colognese e Mélo (1998, p.143) esclarecem que com a entrevista buscam-se recolher certas informações concernentes a um objeto específico. Entrevista-se

porque se acredita que o entrevistado obtém informações que, transmitidas ao entrevistador, podem ajudar a elucidar questões.

Além dessa coleta de informações, do uso da técnica de entrevista semi-estruturada, pode-se partir para outros questionamentos e, com isso, levantar dados até então desconhecidos.

O procedimento da pesquisa se deu no primeiro momento, com o levantamento do número de alunos filantrópicos nos últimos cinco anos e, especificamente, também, no ano de 2006.

Depois, foi feito o levantamento de alunos com filantropia por curso, no ano de 2006, para, na seqüência, serem selecionados os alunos a serem entrevistados. Vale acrescentar que essa seleção se deu não pelo nome do aluno ou pelo percentual do benefício educacional, mas com essa amostragem ficou claro o número proporcional de alunos, já que, no total, 40 alunos seriam entrevistados e era necessário saber o número proporcional de alunos que participariam das entrevistas, por curso.

O número de alunos a serem entrevistados por curso, tendo como limite o número de 40 entrevistados, foi calculado seguindo os passos explicitados abaixo.

1º passo) soma-se o número de alunos beneficiados por curso com assistência educacional parcial e total no ano 2006;

2º passo) calcula-se o número total de alunos beneficiados do ano 2006;

3º passo) divide-se o número total de alunos beneficiados por curso pelo número total de alunos beneficiados do ano e multiplica-se por 40;

4º passo) arredonda-se para 1 casa decimal.

**Exemplo:** Curso de Administração – Noturno:

1º passo) = **64**;

2º passo) = **2564**;

3º passo) (64 dividido por 2654) e multiplica-se por 40 = **0,97**

4º passo) = **1**

Os números de entrevistas por curso estão no quadro abaixo.

<b>CURSOS</b>	<b>TOTAL ALUNOS BENEFICIADOS</b>	<b>Nº DE ENTREVISTAS</b>
Administração Noturno	64	1
Administração Diurno	90	1
Arquitetura e Urbanismo	50	1
Ciência da Computação	24	0
Ciências Contábeis – Noturno	202	3
Comunicação Social – Jornalismo	98	1
Comunicação Social – Publicidade e Propaganda	55	1
Design – Projeto de Produto	34	1
Direito Diurno	60	1
Direito Noturno	118	2
Economia - Analista de Mercado	34	1
Enfermagem	224	3
Engenharia Ambiental	36	1
Farmácia	126	2
Filosofia	6	0
Física	49	1
Fisioterapia	74	1
Geografia	92	1
História	70	1
Letras – Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas	99	1
Letras – Hab. Português/Inglês e respectivas literaturas	33	0
Matemática	66	1
Nutrição	134	2
Odontologia	34	1
Pedagogia – Magistério da Educação Infantil	93	1
Pedagogia – Magistério Anos Iniciais do Ens. Fundamental	287	4
Psicologia	111	2
Química	9	0
Serviço Social	76	1
Sistemas de Informação	115	2
<a href="#">Turismo</a>	53	1
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2654</b>	<b>40</b>

Quadro 4 – Número de alunos beneficiados e entrevistados

Depois desse procedimento, no tocante ao número de alunos a serem entrevistados, foi feito contato por telefone com cada um, quando a pessoa que ligou explicou que se tratava de uma pesquisa para mestrado e que não alteraria o fato de o aluno ter o benefício educacional, mas se tratava de pesquisa/entrevista com alunos filantrópicos.

A pesquisa sobre essa modalidade de bolsa não se deu só com o levantamento de informações por meio de entrevistas, mas também com pesquisa bibliográfica sobre o tema, documentos institucionais, com o regimento interno de bolsas de estudo. O levantamento histórico tanto dessa modalidade de bolsa como da própria instituição buscou entender e verificar o que permeia essa política de educação.

Para essa coleta de dados e documentos, contou-se com a colaboração dos gestores da instituição, assim como a análise de alguns documentos.

Os encontros ocorreram em diferentes locais e horários para que os entrevistados não se encontrassem. A maioria dos entrevistados pediu para que a entrevista fosse feita na própria Instituição, pois facilitaria o horário, uma vez que eles trabalham. Outros pediram para que as folhas, com o questionário, fossem deixadas no seu local de trabalho, para, posteriormente, serem recolhidas. Os alunos que preferiram ser entrevistados na própria instituição foram atendidos em uma sala da biblioteca, outros em sala de aula que estavam desocupadas e outros ainda na sala de recepção.

No momento em que os alunos estavam preenchendo as respostas, não houve nenhum questionamento verbal sobre as perguntas.

Para ser possível o cruzamento das informações sobre o referido tema, houve também a aplicação de entrevistas roteiro com perguntas semi-estruturadas aos gestores do Centro Universitário Franciscano.

As entrevistas com os gestores foram realizadas com o auxílio de um gravador e, logo após, houve a transcrição da fita.

### **3.3 Análise dos dados**

Nesta pesquisa, foram entrevistados 40 alunos da graduação do Centro Universitário Franciscano, sendo que todos eles estudam com o benefício parcial ou total pela assistência educacional – Filantropia.

Dos entrevistados 37,5% são do sexo masculino e 62,5% são do sexo feminino.

Dos entrevistados, 10% dos alunos concluíram seus estudos em escolas privadas e 90% em escolas públicas, o que demonstrou que a maioria dos alunos beneficiados pela Filantropia vem do ensino público gratuito. Esses resultados, por sua vez, indicam que alunos que completam seu ensino na rede pública têm oportunidade de estudar no ensino superior em universidades privadas.

Até por fazer parte do objetivo da pesquisa, os 40 alunos entrevistados são beneficiados pela assistência educacional / Filantropia.

Quando se indagou aos alunos sobre os procedimentos que eles tiveram que tomar para serem beneficiados com a concessão de assistência educacional, eles explicaram que preencheram fichas socioeconômicas, entregaram documentos sobre a renda familiar e, por fim, realizaram entrevista com a assistente social.

Outro questionamento foi quanto ao ponto de vista pessoal deles frente ao fato de terem sido contemplados com esse tipo de benefício. Desses alunos, 82% argumentaram que é pelo fato de seus familiares não terem condições financeiras; 3% justificou que é pelo fato de terem preenchido a ficha socioeconômica e 15% explicaram que o benefício se dá porque é importante para a Instituição.

Houve ainda outras opiniões. Um aluno explicou que seu benefício se dá pelo fato de ter a segunda classificação no vestibular; outro ainda explica ser pelo fato de apenas ter preenchido a ficha socioeconômica e outro justifica o fato de o pai estar desempregado.

Aos alunos, foi questionado se teriam condições de cursarem a faculdade sem o benefício de assistência educacional. A maioria das respostas foi negativa. Desses alunos, 90% argumentaram que não teriam, alguns dentre esses até acrescentaram que seria impossível. Nesse mesmo sentido, uma minoria (10%) dos entrevistados explicaram que poderiam custear seus gastos educacionais, mas que passariam necessidades.

É notória a observação de uma série de requisitos para que o aluno seja beneficiado com a bolsa da Filantropia. Por isso, outra questão aplicada aos alunos foi sobre as dificuldades encontradas para a concessão do benefício de assistência educacional. As respostas foram as seguintes: 50% dos alunos não encontraram nenhum tipo de dificuldades e os outros 50% argumentaram que encontraram algum tipo de dificuldade; tais como: o tempo entre a entrega dos documentos e a

divulgação do resultado. Outra alegação seria o número exagerado de informações e documentação, salientando-se o fato de que, em alguns casos, fica difícil comprovar exatamente o rendimento da família, tornando-se inviável ao aluno essa comprovação exata.

Outra preocupação da pesquisa é verificar a situação socioeconômica do aluno. As opções para essa verificação são a classificação de muito pobre até classe média. O gráfico abaixo dá o indicativo:

**Gráfico 2 - Situação Socioeconômica Familiar**

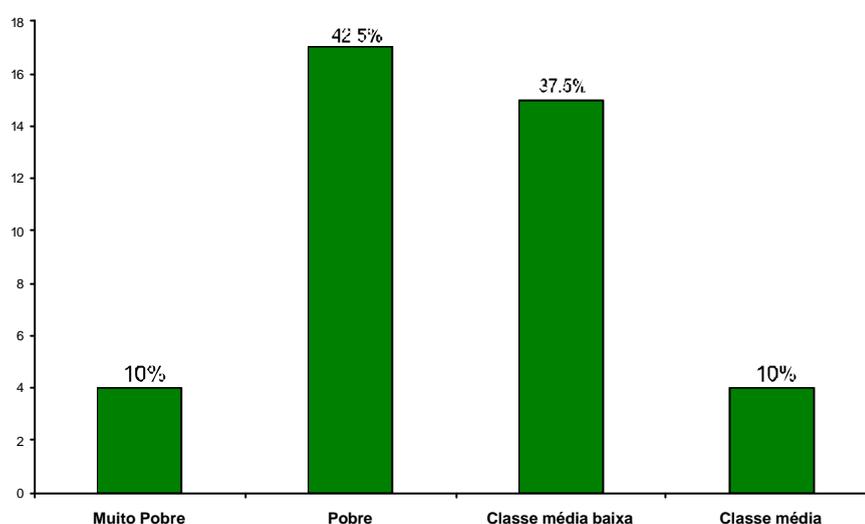


Figura 2 – Situação socioeconômica familiar (Fonte: pesquisa realizada pela autora).

Para a construção dessa tabela, usou-se o seguinte parâmetro:

Foi realizado um recorte para se qualificar a situação socioeconômica familiar. De 0 a 1 salário mínimo nacional de renda *percapita* o aluno seria considerado muito pobre.

Entre 2 a 3 salários mínimos nacional, de renda *percapita* (smnp), o aluno seria pobre. De 4 a 5 (smnp) classe média baixa e de 5 a 10 (smnp) classe média.

Essa seleção para os alunos participarem dessa pesquisa se deu pela avaliação da ficha socioeconômica, no tocante a sua renda *percapita*.

Uma das questões mais pertinentes da pesquisa é quando o aluno demonstra, através da questão respondida, a visão que tem da instituição em que estuda e como vê esta fazendo a concessão do benefício educacional. Constata-se que a pesquisa dá um indicativo de que a visão acerca da concessão é bem

diversificada, variando desde a visão de que a instituição é humanitária e pratica a caridade, até uma visão correta e adequada de que é uma instituição filantrópica. Observando o gráfico abaixo, fica mais clara a compreensão das respostas.

**Gráfico 4 - Participação Governamental**

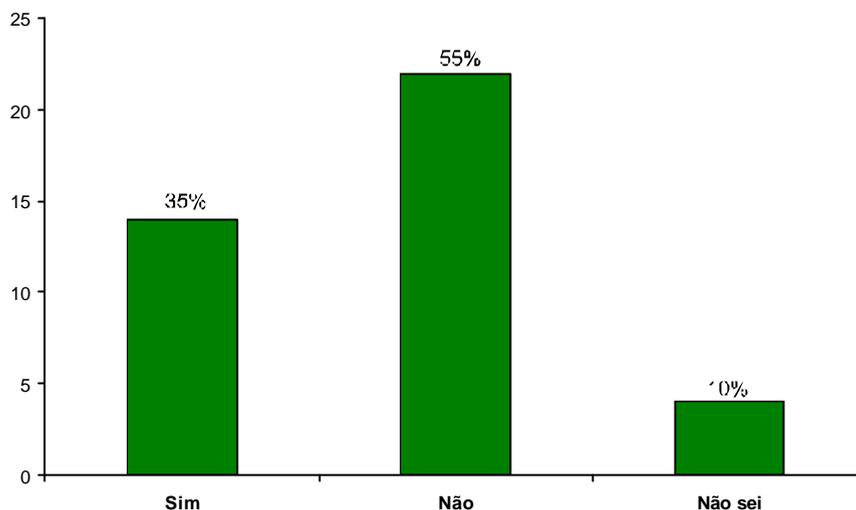


Figura 3 – Comprometimento da Instituição (Fonte: Pesquisa realizada pela autora).

Quando os alunos foram questionados sobre a participação do governo da concessão dos benefícios educacionais, 35% deles responderam que existe essa participação, 55% acreditam que o Estado não tem participação nenhuma nesse tipo de benefício, e uma minoria 10% dos alunos, não soube responder, conforme mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 3 - Comprometimento da Instituição

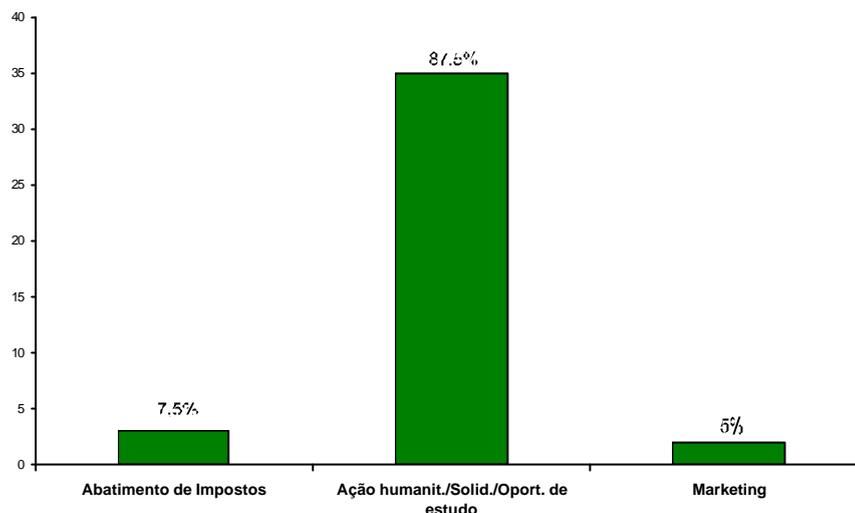


Figura 4 – Participação governamental (Fonte: Pesquisa realizada pela autora).

Isso nos remete a refletir sobre o tipo de informação que, de certo modo é repassado aos alunos, visto que a maioria não reconhece o Estado como participante desse recurso. Fica a indagação: de quem é essa responsabilidade de divulgação? Ou para o aluno isso não é importante, isto é, somente importa o benefício educacional e não sua origem?

Quando questionados em relação à escolha do curso, 70% dos entrevistados respondeu que está no curso escolhido e 30% relatam que mudariam e que estão no curso por ter sido a sua 2ª opção<sup>8</sup>, por ocasião da realização do vestibular ou ainda pelo alto custo do curso realmente almejado.

Também foi tema de questionamento a questão da contrapartida em vista da concessão do benefício educacional no qual 46,15% dos alunos acreditam ser justa e coerente, 53,85% explicaram que a instituição já tem benefícios, não sendo necessário aos alunos filantrópicos dar contrapartida de qualquer maneira a instituição.

<sup>8</sup> O Centro Universitário Franciscano oferece a opção de os alunos escolherem dois cursos. No caso de não aprovação na primeira opção, o aluno poderá ser chamado para a segunda opção do curso escolhido.

Outro tema abordado no questionário foi quanto à perspectiva de futuro com o curso escolhido e em relação ao benefício educacional.

Entre os alunos entrevistados, 65% responderam que sim, principalmente pelo fato de estarem tendo essa chance/opportunidade de estudar com o benefício educacional, visando melhores condições de trabalho e de futuro e, com isso, auxiliar no sustento de seus familiares.

Também foi perguntado aos alunos entrevistados se as informações sobre o benefício da filantropia eram divulgadas em meio ao corpo discente como forma de estímulo ao ingresso à universidade.

Dos alunos entrevistados, 12,5% relatam não passar essa informação adiante, pois acham que cada um deve ir em busca da solução de suas necessidades.

Os 85% dos entrevistados explicam que passam essa informação adiante, principalmente para aqueles colegas que julgam necessitar e que demonstram necessidades financeiras. Alguns relatam que passam a informação adiante como incentivo àquele que não faz vestibular por temer não ter condições de custear a faculdade.

Teve um caso em que o aluno relatou só informar colegas que trabalham e que ganham pouco.

Esses resultados indicam que é notório que mesmo os alunos “filantrópicos” desenvolvem critérios próprios para avaliarem e julgarem se os colegas necessitam ou não de filantropia. Eles mesmos criam parâmetros para identificarem se os colegas necessitam ou não de benefício educacional, entre os quais estão as roupas que usam, os bens familiares, inclusive se a família tem ou não automóvel, e o tipo de trabalho que desempenham.

Então vem o questionamento: Onde está a falha nesse tipo de informação? A obrigação desse esclarecimento seria do Estado, das próprias instituições ou da Sociedade Civil? Considera-se que esses três segmentos são responsáveis pelo trabalho de inclusão educacional e um está interligado ao outro, não existindo para essa modalidade de trabalho uma fragmentação de comprometimento e responsabilidade.

Frente aos relatos dos alunos, nota-se que ainda não está clara a concepção, o significado da ação filantrópica. Se alunos acreditam que a filantropia é uma ação humanitária, caridosa e demonstram desconhecimento sobre a participação

governamental nesse processo de benefícios, pode-se inferir que não há esclarecimento sobre essa política de educação, que se pode dizer ser a primeira tratada no País.

Com base nas respostas dos alunos entrevistados e pela experiência do trabalho realizado na instituição pesquisada, pode-se afirmar que os alunos vêm de famílias que necessitam de auxílios, por encontrarem-se na condição de desempregados e terem, comprovadamente, a renda familiar dentro de padrões que caracterizam situação de vulnerabilidade social. Essa situação resulta mais da precarização do trabalho do que propriamente pelo desemprego. Castel (2000. p,13) alerta que “mais grave que o desemprego é a vulnerabilidade do trabalho, sua precarização e submissão à ordem do mercado, gerando trabalhadores excedentes, sobrantes inválidos”.

Alunos relatam que necessitam de “bolsa” pois nem o salário de seus pais somado a seus próprios salários são suficientes para custear os gastos educacionais. É interessante grifar que, nesse caso, o problema não é o desemprego, mas sim a situação de vulnerabilidade social. Diante disso, Castel (2000. p,13-4) argumenta que

Um pouco mais de rigor se impõe, portanto, ao uso da noção de exclusão, uma vez que parte das situações classificadas como tal, resultam das vulnerabilidades decorrentes das transformações que se operam no mundo do trabalho, degradando as relações de trabalho e os sistemas de proteções correlatas, ou seja, da situação de crise da sociedade salarial. Pode-se assim, falar com mais propriedade de noções como vulnerabilização, precarização, marginalização, procedendo-se a uma distinção cuidadosa, procedendo-se a uma distinção cuidadosa dos processos de exclusão daqueles outros componentes constituintes da questão social contemporânea, na sua globalidade.

Outra característica dos alunos do Centro Universitário Franciscano é que, na maioria dos casos, os alunos que estudam no turno da noite trabalham no período diurno para o auxílio no sustento de sua família e da manutenção do curso idealizado. Esse fato justifica a “gratidão” expressa em suas respostas quanto ao fato de sentirem-se incluídos no meio acadêmico gratuitamente, mesmo que seja com benefício parcial.

O segundo momento da pesquisa – entrevista é o trabalho realizado com os gestores da referida instituição. Quando realizada as entrevistas com os gestores da

instituição, deu-se então o processo de transcrição das entrevistas que foram realizadas através de um roteiro semi-estruturado, com o uso de um gravador.

As respostas foram transcritas de forma a garantir a fidedignidade das idéias dos entrevistados, tendo em vista que as perguntas elaboradas e aplicadas aos entrevistados servem de base no trabalho realizado com a parte mais burocrática da Filantropia.

Dentre as questões aplicadas, seis questões são direcionadas à reflexão dos entrevistados/gestores, em relação aos alunos que possuem o benefício de assistência educacional.

Para a exposição da análise elaborada sobre as respostas, optamos por agrupar os argumentos principais, por gestor, segundo o que havia em comum entre eles.

Uma das questões elaboradas para melhor compreensão dessa troca entre gestores e alunos foi:

### **1-COMO VOCÊ CLASSIFICA A ATITUDE OU A AÇÃO DO ESTUDANTE QUE BUSCA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO EDUCACIONAL?**

#### **Entrevistado A:** (colaborador administrativo)

“É eu acredito que o estudante que busca o benefício educacional é o estudante que realmente precisa e que tem interesse em estudar e por isso busca a concessão de desconto na instituição.”

#### **O entrevistado B:** (colaborador administrativo)

“A busca por um crescimento profissional, a busca por um lugar na sociedade”

#### **O entrevistado C:** (colaborador administrativo)

“Eu acho que para o estudante se mobilizar, em ir em buscar essa ajuda com certeza ele deve estar precisando, pelo menos 90% dos casos, então eu acho que até, a, se a gente for verificar é, digamos assim chega a ser constrangedor a pessoa ir buscar uma coisa que ela tem por direito”.

#### **Entrevistado D:** ( Gestor)

“Representa uma atitude corajosa, humilde de inclusão no meio social e de responsabilidade, pois compreende direitos e deveres.”

Nas respostas deste grupo, evidenciaram-se dois aspectos. Um deles é o reconhecimento de que o recurso existe e deve ser destinado a quem precisa, o que pode ser percebido pelas respostas dos entrevistados A e D. Também aparece um posicionamento interessante no que tange à filantropia ser uma atitude “corajosa”

por parte do aluno que busca o benefício. Esse tipo de posicionamento revela o reconhecimento da vontade do estudante de se incluir no meio social e o respeito por parte do gestor perante essa atitude.

O outro aspecto se revela nas respostas dos entrevistados “B” e “C”. Temos respostas diferenciadas que revelam um aspecto peculiar, ou seja, um certo individualismo, quando eles afirmam que a busca é por um “crescimento pessoal”, ou que a graduação tem por objetivo a busca por um “lugar na sociedade”. Também transparece neste posicionamento que a instituição disponibiliza o benefício e “quem precisa” deve “correr atrás”, mesmo que isto implique “constrangimento” em buscar este “direito”.

É pertinente a resposta do entrevistado “C” quando afirma que “pelo menos 90% dos casos” dos estudantes se incluem pela concessão de filantropia. Embora um pouco exagerada, revela um sentimento interessante quando fala que a busca da concessão, muitas vezes, é algo “constrangedor”. O constrangedor a que se refere não é a burocracia, mas o fato de o bolsista ter um carimbo para os colegas: “este é bolsista”.

A outra questão aplicada foi sobre a importância do benefício educacional para o aluno, no sentido de conhecer a opinião dos gestores sobre a importância desse benefício educacional, conforme se pode ver abaixo.

## **2- PARA VOCÊ, QUAL A IMPORTÂNCIA DO BENEFÍCIO EDUCACIONAL PARA O ALUNO QUE SOLICITA O MESMO?**

**Entrevistado A:** (Colaborador administrativo)

“Inclusão no ensino superior”

**Entrevistado B:** (Colaborador administrativo)

“Alcançar o objetivo, ter um curso superior”

**Entrevistado C: (Colaborador administrativo)**

“Fundamental porque como eu disse, se ele vem a solicitar é porque realmente ele precisa pra concluir”.

**Entrevistado D: (Gestor)**

“Para a maioria, o benefício educacional representa a oportunidade de inclusão no meio acadêmico e na sociedade, uma vez que, por vários motivos, essas pessoas muitas vezes não tem acesso a uma universidade pública.”

Neste conjunto de respostas, fica explicitada uma unanimidade: a importância do benefício em vista da possibilidade de concluir o curso. Paralelo a isso, também temos, de forma eloquente, a questão da inclusão. Os entrevistados explicitam que a universidade pública não possibilita o acesso de alguns excluídos e, então, segundo eles, a universidade filantrópica acaba tendo de fazer este papel, o que, certamente, é relevante.

Novamente aparece a questão individual. “Quem precisa do benefício deve solicitar” e aparece um segundo elemento que o aluno realmente “conclua o curso”. Esta afirmação é simbólica. Se o estudante estiver em vulnerabilidade social e, não tiver o benefício, provavelmente não concluirá o curso. Um outro valor apresentado com ênfase é em vista de um “objetivo”. A equipe administrativa e o gestor primam, dentro das possibilidades, por este aspecto. Isto fica evidenciado em várias respostas dirigidas à equipe de gestores. Este tipo de respostas reafirma a questão da filosofia do Centro Universitário, isto é, pelo fato de ser uma instituição católica, a dimensão de “ser alguém na vida, ter um objetivo” passa a ser relevante.

A próxima questão é direcionada para a análise que o entrevistado faz da importância de o aluno estudar com benefício educacional e, conseqüentemente, conseguir então concluir a graduação.

### **3- NA SUA OPINIÃO, QUAL A IMPORTÂNCIA DO BENEFÍCIO EDUCACIONAL PARA OS ALUNOS QUE SÃO CONTEMPLADOS, E CONSEQÜENTEMENTE CONSEGUEM CONCLUIR A GRADUAÇÃO?**

#### **Entrevistado A:** (Colaborador administrativo)

“Eu acredito que é um benefício muito mais do que profissional apenas, mas é um exercício pessoal para a pessoa e para a sociedade, que ela vai estar inserida porque é uma qualificação a mais que ela terá e também no caso condições financeiras que darão possibilidades que ela se torne uma pessoa independente, no caso possa sobreviver de maneira melhor”.

#### **Entrevistado B:** (Colaborador administrativo)

“Bom é muito importante esse benefício, ou seja é uma parcela da sociedade que não consegue ser atingida pelos órgãos públicos, né, então as instituições particulares e filantrópica, é, alcançam essas pessoas, conseguem incluir essas pessoas na sociedade e conseguem que essas pessoas concluam seus cursos de graduação.”

#### **Entrevistado C:** (colaborador administrativo)

“Olha eu acho que é de extrema importância em virtude de que é um direito que, que esses alunos tem até porque geralmente a maioria dos casos eles não conseguem ingressar numa

instituição pública então acabam tendo como recurso somente as instituições particulares que de certa forma tem como recurso a assistência educacional, então eu acho que é de extrema importância para a vida acadêmica desses alunos e posteriormente para a vida deles.

**Entrevistado D: (Gestor)**

“Realização pessoal, inclusão no mercado de trabalho, integração na sociedade, competência e responsabilidade.

Este conjunto de respostas é importante pelo fato de representar efetivamente a visão institucional acerca da filantropia. A filantropia aparece como “direito” (entrevistado “C”), e este direito se concretiza numa instituição particular/filantrópica porque o direito à universidade pública não é atendido. A filantropia aparece como uma parceira dos “órgãos públicos” e também aparece classificada pelo entrevistado “a” como um exercício de cidadania quando afirma que o benefício permite uma realização “profissional e pessoal”.

Outro aspecto importante que os entrevistados afirmam é a graduação em vista do mercado. Embora se possa questionar na atualidade, qual é o mercado, parece ser claro para a equipe de gestores que a graduação é um bom caminho em direção à “inclusão no mercado de trabalho”, à “integração na sociedade”, mas, ao mesmo tempo, a equipe alerta para a importância da “competência e responsabilidade”

Neste primeiro momento de análise das respostas dos gestores se trabalhará com análise das respostas bem direcionadas ao entendimento dos gestores frente à atitude dos alunos filantrópicos e à instituição.

**1- Atitude ou ação do estudante que busca o benefício:**

A: realmente precisa

Interesse em estudar

B: crescimento profissional

buscar um lugar na sociedade

C: deve estar precisando

É constrangedor ir em busca de um direito

D: atitude corajosa

**2- Importância do benefício educacional para o aluno:**

A: inclusão

B: alcançar um objetivo

C: solicita porque precisa concluir o ensino superior

D: inclusão, não tem acesso a universidade pública.

**3- Na sua opinião, qual a importância do benefício educacional para os alunos que são contemplados, e consequentemente conseguem concluir a graduação?**

A: é um benefício muito mais do que profissional apenas exercício pessoal

torna a pessoa independente

sobreviver de maneira melhor

B: não conseguem ser atingidos pelos órgãos públicos

C: é um direito

Não conseguem ingressar numa instituição pública

Único recurso instituições particulares

D: realização pessoal

Inclusão no mercado de trabalho

Integração na sociedade

Responsabilidade

Analisando as respostas dos gestores quanto à primeira pergunta, fica evidente a presença de uma forte concepção de que o aluno procura o benefício educacional, por necessidade, para ter crescimento profissional, isto é, que ele busca de dias melhores. Outro entrevistado vai além, afirmando que é constrangedor o aluno ir em busca de um direito. Talvez esse constrangimento não se dê pelo fato de o aluno ir em busca de um direito seu, mas sim por todo o processo pelo qual ele tem de passar para ter esse direito.

Quanto à importância do benefício para o aluno, percebe-se que, para a maioria dos entrevistados, é a oportunidade de ele alcançar seu objetivo, ou seja de realizar o sonho da graduação. E um dos entrevistados justifica que o mesmo não tem essa oportunidade em instituição pública.

É demonstrado na questão em que o entrevistado é questionado sobre a importância do benefício educacional para os alunos, que isso para o mesmo representa uma forma de inclusão e uma opção por não ter acesso ao ingresso em uma universidade pública, parecendo então uma segunda opção de inclusão social e integração na sociedade.

Outra pergunta aplicada foi sobre a atuação profissional dos gestores, isto é, a atribuição de conceder ou não o benefício de assistência educacional.

#### 4- COMO VOCÊ SE VÊ PROFISSIONALMENTE EXERCENDO ESSA ATRIBUIÇÃO DE CONCEDER OU NÃO CONCEDER O BENEFÍCIO EDUCACIONAL?

##### **Entrevistado A:** (Colaborador administrativo)

“ como sou uma pessoa que ainda não sou formada não tenho a especialização no caso, então eu vejo assim que no meu exercício profissional eu posso agir, no caso, com ética, com certeza aquilo que não me atribui então passo para a pessoa responsável ou discutir com a comissão e junto com eles então a gente toma essa decisão, não é um decisão sozinha, porque não tem essa condição ainda hoje.

##### **Entrevistado B:** (Colaborador administrativo)

“Há, bom é interessante essa função, né de avaliação das fichas socioeconômicas, a, na qual a gente, né dentro dos critérios que a instituição estabelece atende uma boa camada das pessoas, uma boa quantidade de pessoas que procura a instituição pra cursar o ensino superior. Isso é gratificante.

##### **Entrevistado C:** (Colaborador administrativo)

“A, no caso profissional até porque eu não tenho muito conhecimento com relação a parte da assistência social em si, eventualmente a gente na maior parte a gente fica satisfeita com o trabalho que esta sendo realizado principalmente de um ano pra cá, mas é lógico como é uma comissão e o que vale é o todo, não é sempre que a gente se satisfaz como, digamos assim, com o que foi estipulado mas na maioria dos casos é satisfatório”.

##### **Entrevistado D:** ( Gestor)

- não respondeu a questão.

Neste quesito que envolve o sentimento do gestor e sua satisfação em ser concedente ou não, as respostas divergem. Uma das respostas à questão “a” – “não sou formada” mas tento fazer com “ética” mostra a preocupação em fazer o trabalho bem feito, com justiça. A outra resposta demonstra a postura mais legalista quando afirma ser da sua competência “avaliar as fichas” sem muitas vezes não olhar todo o conjunto, mas, ao mesmo tempo, sente-se “gratificado”.

Sobressai neste conjunto de respostas o trabalho de equipe como um critério muito importante. Em tempos passados, a concessão era uma decisão de um gestor. Atualmente a concessão é um trabalho de “comissão” .

As duas últimas questões são voltadas mais para a relação instituição / filantropia, frente à visão dos gestores.

## 5- Para você quais são as vantagens e as desvantagens que a instituição tem com a concessão de bolsas?

### Entrevistado A: (Colaborador administrativo)

“As vantagens que eu percebo é a inclusão social que a instituição consegue realizar com esses descontos colocando muitas vezes os alunos que não tem condições de estudar, também alguns benefícios que a instituição recebe, no caso, por causa dessa assistência educacional. Uma das desvantagem que eu noto assim na instituição são os critérios que são utilizados, no caso, são os critérios do governo federal que muitas vezes promovem mais a exclusão do aluno do que a inclusão no IES privada.

### Entrevistado B: (Colaborador administrativo)

“As vantagens seriam a imunidade e as isenções fiscais, a desvantagem ao meu ver seria a própria exclusão de uma determinada parcela que a sociedade que não atende os critérios estabelecidos e que por desconhecimento das pessoas ficam com a impressão de que a instituição é que não está querendo dar desconto para eles.”

### Entrevistado C: (Colaborador administrativo)

“Vantagens muitas, muitas, as com relação a imagem da instituição que fica em função de que é obrigatória a concessão das bolsas daqueles que comprovem a necessidade. E desvantagem talvez por não ter uma coisa mais, digamos assim do próprio ministério ou da assistência educacional, uma coisa mais clara com relação a isso, que acho que seria pra trabalhar, mais as claras, ser concedido para aqueles que realmente se encaixassem naquele perfil que forma tratados por todos.”

### Entrevistado D: (Gestor)

“Em se tratando de seres humanos que buscam o saber e o conhecimento e, as dificuldades enfrentadas para o ingresso no ensino público, é gratificante para os gestores da instituição perceber e sentir a realização das pessoas beneficiadas e o quanto é importante essa integração no meio social.

Uma vantagem é poder valer-se da imunidade e isenção fiscal para distribuir os recursos diretamente em concessão de benefícios. Diante do processo administrativo complexo e de toda metodologia que a manutenção de uma instituição Filantrópica requer, é extremamente agradável observar e sentir a satisfação dos beneficiados.”

Neste conjunto de respostas, está materializada uma visão um pouco dispersa. Cada entrevistado tem uma visão. Alguém pondera que a vantagem é “inclusão social”, alguém acentua “as isenções fiscais e imunidades”, outro pontua que “melhora a imagem da instituição”. Mas, embora aja uma diversidade de opiniões, elas têm um ponto em comum: a instituição goza da imunidade, mas em contrapartida, ela precisa fazer as concessões. Conceder para alguém significa não conceder para outros. E isto acaba sendo para o gestor um momento “de exclusão”.

A filantropia não consegue cobrir todos os que solicitam tal benefício, e isto acaba gerando uma certa frustração na equipe.

Parece ser unânime a satisfação dos gestores quando conseguem imprimir um “método de trabalho que a filantropia requer” e nesta satisfação vêm na “satisfação dos beneficiados” a sua própria satisfação.

A última pergunta aos entrevistados foi sobre a parte da promoção institucional frente a sociedade.

## **6- Na sua opinião, a concessão de bolsas projeta a instituição positivamente na sociedade? Por quê?**

### **Entrevistado A (Colaborador administrativo)**

“Acredito que sim. Porque no momento em que a instituição concede as bolsas ela faz com que a sociedade tenha membros que participe mais ativamente economicamente também, tenham condições de se manterem mais independente no caso já conseguindo caminharem, digamos assim com as próprias pernas.”

### **Entrevistado B (Colaborador administrativo)**

“Projeta positivamente a instituição na sociedade devido a ter um caráter social, ou seja ela consegue incluir as pessoas de baixa renda né, no ensino superior e em conseqüência né, essas pessoas conseguem formar no ensino superior e em conseqüência conseguem formar-se num curso de graduação e essas pessoas acabam enfim dizendo né que conseguiram concluir seu curso de graduação, com benefício de assistência educacional né, na instituição com o nome da instituição, então acredito que gera, gera, um efeito positivo.”

### **Entrevistado C (Colaborador administrativo)**

“Sim, com certeza projeta positivamente, porque, as pessoas, os alunos que tem bolsa na instituição de certa forma não na maioria, mas alguns comentam e isso faz com que a instituição, mostre digamos assim ser filantrópicas ou porque ela está no mercado né.”

### **Entrevistado D ( Gestor)**

“Sim, pois a promoção de gestos humanísticos de justiça e paz, e a coerência entre o ser e o fazer, deixa a certeza de que a instituição desenvolve seu papel social, contribuindo para a construção de uma sociedade melhor.”

Neste grupo de respostas, há uma unanimidade de que as bolsas projetam positivamente a instituição, tendo em vista que a instituição forma “membros” que vão atuar na sociedade, que terão atividades econômicas, e que, dessa forma, poderão manter-se “independentes”, isto é, caminhar com as “próprias pernas”.

Reveste-se de importância quando o gestor reconhece o “caráter social” ou “papel social” da instituição, que é contribuir na graduação dos estudantes com o benefício de assistência educacional. Para concluir, a afirmação de um gestor de que os beneficiados “vão comentar” com outras pessoas que se formaram graças aos benefícios e, por isso, hoje se encontram numa situação diferenciada.

Nesse grupo de questões, destacam-se os seguintes indicadores:

3- Como se vê profissionalmente na atribuição de conceder o benefício educacional?

A: não sou formada

O que não me atribui passo para outra pessoa responsável

B: interessante essa função

É gratificante

C: não tenho muito conhecimento sobre a assistência social

Na maioria dos casos é satisfatório.

D: não respondeu

4- Para você quais são as vantagens e as desvantagens que a instituição tem com a concessão de bolsas?

A: vantagens – inclusão social

desvantagens – critérios de avaliação

B: vantagens – imunidade e isenção fiscal

desvantagem – promove mais a exclusão do que a inclusão do aluno

C: vantagens – muitas, imagem da instituição, obrigatória a concessão de bolsas

Desvantagens – algo mais claro do ministério ou da assistência social

D: vantagem – buscam o saber e o conhecimento

gratificação para os gestores da instituição, sentir a realização dos beneficiados

valer-se da imunidade e isenção fiscal

desvantagem: nenhuma

5- Na sua opinião, a concessão de bolsas projeta a instituição positivamente na sociedade? Porque?

A: sim, faz com que a sociedade seja mais participante

B: positivamente a um caráter social

C: projeta positivamente o reconhecimento de instituição Filantrópica

D: gestos humanísticos de justiça e paz, coerência, o ser e o fazer.

Instituição- papel social, construção de uma sociedade melhor.

6- Quais foram as maiores dificuldades financeiras para cursar o ensino superior?

- A- Nenhuma, pois a instituição a que pertenço custea meus estudos.
- B- Se não tivesse realizado o curso superior em universidade pública seria o valor das mensalidades.
- C- Valor das mensalidades
- D- Mesmo caso do item A.

Neste aspecto, igualam-se as respostas dos alunos. Na opinião de todos os entrevistados, sem o benefício educacional, eles não teriam condições de manter o curso superior ou teriam muitos problemas de ordem financeira para a concretização do mesmo. Os gestores que não têm esse amparo institucional, sentem ou sentiram essa dificuldade. Assim como os alunos também expuseram que, sem o benefício educacional, não teriam condições de se manterem na IES privada.

Outra questão aplicada aos gestores que muito se assemelha a respostas dos alunos é quanto à busca pela conclusão do ensino superior.

7 -O QUE O LEVOU A BUSCAR O ENSINO SUPERIOR?

- A- Uma oportunidade de melhorar de vida.
- B- Conhecimento pessoal e profissional
- C- Qualificação pro mercado de trabalho
- D- Não respondeu

Com exceção do entrevistado B, que expressa a sua busca pelo conhecimento pessoal e profissional, as outras respostas assemelham-se pela oportunidade de inserção no mercado de trabalho, assim como pela melhora da situação socioeconômica familiar, como também expressam os alunos entrevistados.

Na questão em que se levanta o aspecto profissional ao atendimento desse benefício não aparece nenhuma preocupação quanto ao fato do entendimento no que tange à filantropia e à legislação. Mas é relevante a forma como se manifesta o lado satisfatório pelo fato de o aluno ter esse benefício.

Pelas entrevistas, percebeu-se que há pontos relevantes em relação a vantagens e desvantagens institucionais frente à concessão do benefício educacional. Alguns dos pontos relevantes em relação às vantagens são a inclusão e a busca pelo conhecimento. A desvantagem que mais chama a atenção nessa reflexão é a dicotomia entre a inclusão e a exclusão que isso gera entre os alunos

na hora da avaliação. E outra resposta pertinente foi o valer-se da instituição com a imunidade e isenção fiscal. Remete isso ao início do trabalho quando se pontua que a Filantropia hoje é regularizada e não apenas uma ação benevolente.

Ainda ao fato de a projeção institucional frente à sociedade, fica evidente que a instituição é vista pelos gestores como a instituição que cumpre um caráter social, inclusivo e que tem gestos humanísticos, coerência, estimulando o ser e o fazer.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto inicial deste trabalho foi discutir a mediação da filantropia entre a Sociedade Civil e o Estado. Estes três aspectos percorrem o trabalho do começo ao fim. Quando nos referimos à Sociedade Civil, estamos falando da sociedade organizada minimamente, mas que reivindica e exige. De outro lado, temos o Estado, que não consegue atender a todas as reivindicações. Entendemos que, neste embate, a filantropia torna-se mediadora dos interesses e aspirações de ambos os lados.

O trabalho foi construído nessa perspectiva, embora tenhamos sentido os limites no que se refere à bibliografia, aos dados e à metodologia para o estudo de caso. Um primeiro aspecto que nos trouxe reflexões foi a historicidade da filantropia e, nesse sentido, o pensamento crítico de Sposati foi bastante esclarecedor. A autora destoa das críticas, pois reconhece que, nas constituições brasileiras que foram se sucedendo, a idéia de filantropia foi se clarificando, ensinando-nos que aquilo que era inicialmente uma mera “isenção” de imposto das igrejas (Constituição de 1934) chega na atualidade como sendo “um direito dos que da filantropia precisam” (Constituição de 1988).

Estes avanços não são fruto do acaso, mas reportam ao Congresso Constituinte e às forças sociais ali presentes, mesmo que de forma difusa. No entanto, Mestriner constata e, por isso critica, que a filantropia no Brasil carece, ainda, de uma clareza maior, constituindo-se ainda, na opinião dela, em instrumento de vantagens de alguns em detrimento de garantias de direitos da população. Estas dúvidas geram problemas na medida em que as instituições beneficiadas executam a mesma por meio de programas de concessão.

Isso nos permite, então, analisar e concluir por que cotidianamente a filantropia tem sido motivo de crítica ou de apoio. Os críticos da filantropia apontam que o Estado progressivamente se ausenta do campo de prestação de serviços, inclusive educacionais. É nesta lacuna que as entidades da sociedade civil constroem a teoria da troca, isto é, prestam serviços que lhes dão o direito de receber vantagens e benefícios fiscais.

Mais uma vez, invocamos Sposati (1994, p. 74) quando aponta, acertadamente, que deve haver um redirecionamento entre Estado e as Associações sem Fins lucrativos. Mais do que isso, é preciso estabelecer políticas sociais, que evitem a privatização do Estado em vista do interesse das instituições filantrópicas.

Importante é não perder o foco quando analisamos a relação Estado - Sociedade Civil, posto que, entre esses dois entes, está o usuário pobre, vulnerável e excluído. Para que o mesmo seja beneficiado, ele precisa comprovar sua carência financeira, sua situação de não “ter”. Comprovar a carência financeira é um parâmetro, uma orientação normativa e legal. Mas, já o fato de não “ter” não significa que esta pessoa não possa ter seus sonhos.

Do ponto de vista do nosso estudo de caso, a pesquisa /entrevista nos dá alguns indicativos a esse respeito. Mais de 18% dos alunos do Centro Universitário Franciscano recebem bolsa da filantropia da modalidade parcial ou total. Isso representa mais do que a soma total das modalidades de financiamentos. Estes dados são relevantes. De outro lado, nenhuma pesquisa poderá mensurar como fica a “auto-estima” ou a rotulação no momento de comprovar vulnerabilidade social.

Ainda em nossa pesquisa/entrevista tanto nas respostas dos gestores como nas dos alunos fica evidenciada a concepção de que a filantropia tem um caráter assistencialista, benemerente e até mesmo meritório para que o aluno usufrua dessa modalidade de inclusão educacional.

Mais ainda, há uma pequena porcentagem de alunos que tem claro que se trata de uma instituição filantrópica e as conseqüências que dali decorrem. A concepção de ser um direito, por se tratar de instituição filantrópica, não fica evidenciada nas declarações dos gestores e tampouco nas dos alunos entrevistados. Este aspecto fica claro quando um aluno diz na entrevista que “só informa ao colega sobre o benefício da filantropia quando ele merece”.

A idéia de merecimento nos remete à reflexão feita por Lipovetsky (1994) quando o mesmo discorre sobre “a questão da higienização” que era a condição para que os pobres fossem destinatário de algum benefício. Era através da “limpeza” que a democracia se instaurava.

O mesmo autor ainda afirma que, para ser merecedora, a pessoa deveria pertencer a uma “família legítima”, ter o domicílio bem cuidado entre outros requisitos.

As formas de manifestação na atualidade continuam a acontecer embora com outras roupagens, tais como “o colega não pode usar roupas de marca, os que ganham pouco em eventuais empregos”. Esta “fiscalização” se dá entre os próprios usuários. Os gestores adotam parâmetros, além dos aspectos legais tais como: “quem precisa, ou quem se esforça”.

Mead (1930) desvincula caridade do sentido de justiça. O autor apela não em favor de ações de caridade, mas sim em favor de ações que efetivamente possam construir a justiça que, nesse momento, passa a ser sinônimo de cidadania, e que, acima de tudo, valorizem os atos comunitários em vista da construção da justiça almejada.

O mesmo autor faz um alerta quando afirma que, quando existe um ato caridoso, conseqüentemente alguém está sofrendo. Também pontua que a caridade é fruto do reconhecimento das diversas formas de sofrimento, vulnerabilidade que se configuram no rosto do outro.

Conforme Mead, nos dias atuais, não bastam atitudes meramente de bom samaritano. É preciso, de forma obrigatória, estar atento ao conjunto de relações em que o homem se vê envolvido tais como relações sociais, econômicas e políticas. Por isso, afirma Mead, que não bastam simplesmente impulsos de caridade senão efetivamente construírem a justiça em consonância com a cidadania e isso se dá concretamente a partir da vida da comunidade.

Quanto ao processo de desvinculação da filantropia com a caridade, Mestriner (2001, p.39-40) explica que é bastante difícil, tendo em vista que

Na verdade, as práticas assistenciais deste quadro de organizações sociais repousam sobre as bases de uma filantropia, que regulada inicialmente pela Igreja (principalmente católica) e depois pelo Estado, passou por fases e alianças que lhes deixaram marcas difíceis de superar.

Na visão da autora, essas marcas se dão pela “estratégia de intervenção” (p.39), nas quais os rotulados de pobres passam a ser considerados os “assistidos sociais”, fazendo, então, com isso, com que as instituições filantrópicas sejam cada vez mais importantes e necessárias para a sociedade, já que, de certa maneira, elas acabam suprimindo as lacunas deixados pelo Estado.

Observou-se que, apesar da mudança de paradigma, isto é, de teoricamente, ter-se ultrapassado a barreira da caridade e da benemerência e de ter-se chegado à

filantropia como constituição de um direito com a implantação da legislação, essa nova concepção não é consenso nem entre os acadêmicos que usufruem desse direito nem entre os gestores. Os alunos pesquisados são unânimes em explicar o fato de serem destinatários do benefício educacional com a Filantropia e sentem-se “agraciados” por usufruir de tal benefício. Para os gestores, o benefício é uma maneira de o aluno concluir o ensino superior, melhorar as condições de vida e ter acesso ao mercado de trabalho.

Esses resultados são indicadores de que, no Brasil, a Filantropia continua sob a concepção de doação, benemérita. Não cabe entrar no mérito da discussão sobre essa dicotomia do capitalismo que exclui para incluir, mas é relevante o questionamento que podemos levantar sobre o atendimento a uma demanda excluída que, ao mesmo tempo, é necessária para justificar benefícios e isenções das instituições.

Nesse contexto, o trabalho realizado também permite uma reflexão sobre o que pontua Sposati (1994, p. 6). A autora afirma que “repensar as relações Estado-Filantropia-Sociedade Civil sob a égide da democracia e cidadania exige a necessária clareza de que se está alterando esse modelo histórico de relações sociais”. Depois do trabalho, pode-se refletir se a ação da filantropia não dissimula o direito à cidadania.

Finalmente, ao término deste trabalho, pôde-se compreender a ação da Filantropia no Centro Universitário Franciscano, como uma oportunidade de mudança de vida para uma seleta população que, a partir da filantropia, insere-se no ensino superior privado. A expressão “seleta população” refere-se ao entendimento de que muitos alunos não tentam essa forma de inclusão acadêmica por falta de conhecimento sobre esse direito.

A realização deste trabalho propiciou-nos maior compreensão sobre os dois envolvidos no tema pesquisado. Para as instituições, a filantropia é uma forma de resgate dos direitos dos cidadãos. Para os alunos contemplados, é talvez a única forma de concretizar um sonho de inclusão na sociedade. Diante das questões que ainda nos instigam, percebemos que o tema não se esgota, pelo contrário, abre-nos uma série de questionamentos que podem servir de possibilidade para aprofundarmos ainda mais o nosso estudo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, Almerindo Janela. Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-Nação e a emergência da regulação supranacional. **Educação & Sociedade**. São Paulo, n. 75, p.15-32, 2001.
- AMARO, Sarita. **Visita domiciliar**: orientações para uma abordagem complexa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdos**. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BARROS, Aidil de Jesus Paes de. LEHFESLD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. Petrópolis: Vozes, 1990.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2005.
- BEHRING, Elaine Rossetti. Contra-reforma do Estado, seguridade social e o lugar da filantropia. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 73, p. 101-116, 2003.
- BRASIL. **Constituição Federal e Legislação Previdenciária**. São Paulo: Manolo, 2004.
- BRUYNE, Paul de et al. **Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais**: os pólos da prática metodológica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a.
- \_\_\_\_\_. **O conceito de sociedade civil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1987b.
- CATTANI, Antônio David. Desigualdades: os desafios para a Sociologia. In: DUBET, François. **As desigualdades multiplicadas**. Ijuí, RS: Editora Unijui, 2003.
- \_\_\_\_\_; DIAZ, Laura Mota. (Orgs.) **Desigualdades na América Latina**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005.
- CANTELE, Bruna Renata. **História da Educação Brasileira: 1549 a 1928**. Disponível em: <http://eaprender.ig.com.br/ensinar.asp?RegSel=139&Pagina=3#materia>. Acesso em: 17 set. 2005.

- CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz E. W. **Desigualdade e a questão social**. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2004.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- \_\_\_\_\_. **O conceito de sociedade civil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- CASTRO, Graziela Beatriz. **Relação de ajuda e Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 1985.
- CASTORIADIS, Cornelius. **O mundo fragmentado: as encruzilhadas do labirinto III**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- CERVO, Amado Luiz & BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. São Paulo: Mc Graw-Hill, 1983.
- DEMO, Pedro. **Solidariedade como efeito de poder**. São Paulo: Cortez, 2002.
- DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DUPAS, Gilberto. **Economia Global e Exclusão Social**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- ENDERLE, George et al. **Dicionário de Ética Econômica**. São Leopoldo: UNISINOS. 1997.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- FRANCO, Édson. **Ciclo de debates sobre políticas de educação superior**. Disponível em: [http://www.abmes.org.br/\\_download/Associados/Seminarios/2002/06\\_05\\_Desafios/Edson\\_Franco.htm](http://www.abmes.org.br/_download/Associados/Seminarios/2002/06_05_Desafios/Edson_Franco.htm).
- GODBOUT, Jacques T. **O Espírito da Dádiva**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1970.
- IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e transformação profissional**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- IANNI, Octávio. **A questão social: Pensamento social no Brasil**. Bauru, SP: EDUSC, 2004. p.103-22.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia**: Guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

KOWARICK, Lúcio. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil; Estados Unidos, França e Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 61-85, 2003.

LIPOVETSKY, Gilles. **O Crepúsculo do Dever**. A Ética Indolor dos Novos Tempos Democráticos. Lisboa: Dom Quixote, 1994.

LOPES, José Rogério. Pobreza, subjetividade e cidadania. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 70, p.160-172, 2002.

MEAD, George Herbert. **Filantropia do Ponto da Vista das Éticas**. In: FARIS, E. et al. **Filantropia inteligente**. Chicago: 1930.

MESTRINER, M. Luiza. **O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

MINAYO, Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOTA, Ana Elizabete da. **O feitiço da ajuda**: as determinações do Serviço Social na Empresa. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MOROSINI, Marília Costa; FRANCO, Maria Estela Dal Pai. **Políticas de Educação Superior no Brasil**: fases, expansão e desafios de cooperação no âmbito nacional e internacional. Palestra proferida no 22. FÓRUM ANUAL DA EAIR, Berlin, Alemanha, 2000.

PASTORINI, Alejandra. Quem Mexe os Fios das Políticas Sociais? Avanços e Limites da Categoria “Concessão-Conquista”. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 53, p. 80-101, 1997.

\_\_\_\_\_. **A categoria “Questão Social” em Debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PAUGAM, Serge. **Desqualificação social**: ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: Cortez, 2003.

PEREIRA NETO, João Francisco. **Programas de bolsas de estudo** [manuscrito]: uma possibilidade de reconhecimento? Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2007.

RICO, Elizabeth de Melo. O empresariado, a filantropia e a questão social. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 58, p. 24-39, 1998.

ROSAR, Maria de Fátima Félix; KRAWCZYK, Nora Rut. Diferenças da Homogeneidade: elementos para o estudo da política educacional em alguns países da América Latina. **Educação & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 75, p. 33-47, 2001.

RUPOLO, Irani. **Projeto Pedagógico Institucional**. Santa Maria: Unifra, 2007.

\_\_\_\_\_ (Org.). **Scalifra – ZN: Conquistas e perspectivas na educação**. Santa Maria: Unifra, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza.. **A construção multicultural da igualdade e da diferença** palestra proferida no VII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, Rio de Janeiro, 04 a 06 set. 1995 (transcrição de palestra).

SPOSATI, Aldaíza e participantes. **Cidadania ou Filantropia: um dilema para o CNAS**. n. 01, São Paulo: Núcleo de Seguridade e Assistência Social da PUCSP, 1994.

VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org.). **A questão social no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1991.

VIEIRA, Evaldo. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2004.

WANDERLEY, Luis E. W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: BELFIORI-WANDERLEY, Mariângela. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ, 2000.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

**ANEXO A** - Questionário aplicado aos gestores do Centro Universitário Franciscano.

1º Momento: Identificação histórica dos atores.

- ? Idade;
- ? Grau de instrução;
- ? Onde estudou? (ensino médio e superior)
- ? Qual curso superior (se tiver);
- ? Teve concessão de benefício educacional na instituição em que estudou? Que tipo de benefício educacional? (parcial ou total);
- ? Contexto familiar: como classifica sua situação sócioeconômica familiar: muito pobre, pobre ou classe média;
- ? Quais foram as maiores dificuldades financeiras para cursar o Ensino Superior;
- ? O que a(o) levou a buscar o Ensino Superior;
- ? Como você classifica a atitude ou a ação do estudante que busca a concessão do benefício educacional?
- ? Para você qual a importância do benefício educacional para o aluno que solicita o mesmo?
- ? Qual a tua atuação nesse processo de concessão de benefício educacional?
- ? Quais os procedimentos por sua parte para esse atendimento e concessão do benefício de assistência educacional;

2º Momento: entrevistado: qual a tua atribuição no processo de concessão de benefício educacional;

- ? Especificar os procedimentos que você têm como atribuição na função.

- ? De onde vem essa atribuição e quais os aspectos legais levados em conta no exercício da função;
- ? Onde está definida essa atribuição e como lhe foi concedida?
- ? Como você se vê profissionalmente exercendo essa atribuição de conceder ou não conceder o benefício educacional.

3º Momento:

- ? Na sua opinião, qual a importância do benefício educacional para os alunos que são contemplados e conseqüentemente conseguem concluir a graduação.
- ? Para você, quais são as vantagens e as desvantagens que a instituição tem com a concessão de bolsas?
- ? Na sua opinião a concessão de bolsas projeta a instituição positivamente na sociedade? E por quê?

**ANEXO B – Questionário aplicado aos alunos do Centro Universitário Franciscano**

1. Idade: .....
2. Sexo: .....
3. Onde fez o ensino médio? (Regular, Profissionalizante, supletivo; pública ou privada)
- 1- Curso?
- 2- Semestre?
- 3- Que tipo de benefício de assistência educacional você tem ou teve?..... e qual o percentual?.....
- 4- Quais os procedimentos que teve que cumprir para ser beneficiário da filantropia?
- .....
- .....
- 5- Por que você acha que foi contemplado com o benefício de assistência educacional?.....
- .....
- .....
- 6- Você teria condições de realizar esse curso, sem o benefício da bolsa?--
- 
- 
- 
- 7- Quais as dificuldades que encontra ou encontrou para a solicitação do benefício de assistência educacional?.....
- .....
- .....
- .....
- 8- Como você classifica a situação socioeconômica de tua família?
- (...) Muito pobre
- ( ) Pobre
- (...) Classe média baixa
- (...) Classe média

16- Como você interpreta o fato da instituição em que estuda ter propiciado a possibilidade de você estar estudando com benefício educacional parcial ou integral?.....

.....

.....

.....

9- Na sua opinião, existe participação do governo nesse benefício concedido pela universidade?

.....

.....

.....

10- Se você pudesse escolher outro curso e realizá-lo com bolsa, você escolheria qual? (Em caso afirmativo) Por que não escolheu?

.....

.....

.....

11- Se a instituição cobrasse uma contrapartida pelo benefício, em qualquer forma, você consideraria isso justo? Por quê?

.....

.....

.....

12- Estudar com bolsa muda alguma perspectiva tua de formação ou de futuro?

.....

.....

.....